Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia foi constituída em 23 de outubro de 2008 sob a denominação de BN 16 Participações Ltda. e não manteve qualquer operação até a sua transformação para HRT Participações em Petróleo S.A. ("Companhia" ou "HRT") em 17 de julho de 2009. Mantém sua sede na cidade do Rio de Janeiro, tendo como objeto social a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, independente de suas atividades, nacionais ou estrangeiras, constituídas sob qualquer tipo societário.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui controle integral das seguintes sociedades:

► Integrated Petroleum Expertise Company Serviços em Petróleo Ltda. (IPEX)

A controlada foi constituída em 31 de julho de 2004 sob a denominação de High Resolution Technology & Petroleum Ltda., para atuar na prestação de serviços de pesquisas geofísicas e geológicas, dentro da atividade de exploração de petróleo no Brasil. Em 2009, a razão social da controlada foi alterada para Integrated Petroleum Expertise Company - Serviços em Petróleo Ltda.

Em 30 de junho de 2009, através de um acordo denominado *Farm-Out Agreement (FOA)*, a controlada adquiriu 51% dos direitos exploratórios em 21 blocos localizados na bacia do Solimões, posteriormente cedidos a sua coligada HRTOG Exploração e Produção de Petróleo Ltda. (HRTOG).

Em 22 de dezembro de 2009, a Agencia Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP") aprovou tanto a cessão dos direitos exploratórios nos referidos blocos bem como a designação da HRTOG para ser a operadora dos mesmos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

► HRT O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda. (HRTOG)

A controlada foi constituída em 20 de julho de 2009, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tendo como objeto social: (i) a exploração, o desenvolvimento e a produção de petróleo e gás natural; (ii) a importação, exportação, refino, comercialização e distribuição de petróleo, gás natural, combustível e produtos derivados de petróleo; (iii) a geração, comercialização e distribuição de energia elétrica; e (iv) a participação em outras sociedades.

A HRTOG detém atualmente 100% dos direitos de exploração em dois Consórcios (BT-SOL 4 e BT-SOL 4A) compreendendo um total de vinte e um blocos da Bacia de Solimões, e 40% de três blocos (PEL 0028) na Bacia de Orange, localizados na Namíbia.

Em 2011 a controlada foi qualificada pela ANP, também, como "Operadora "B", ou seja, está autorizada a atuar tanto em blocos *onshore* (*operadora "A"*) quanto em *offshore*, neste caso, até 400 metros de profundidade.

► HRT Netherlands B.V. (HRTN)

A controlada foi constituída em 15 de junho de 2010, com sede em Amsterdam, na Holanda, tendo como objeto social atividades relacionadas a petróleo e gás, exportação e importação, operações de *leasing* e participação em sociedades, dentre outras.

Em setembro de 2011, a HRTN assinou com a Sichuan Honghua Petroleum Equipment Co. Ltd., representada pela Andrews Technologies Inc. a aquisição de quatro sondas helitransportáveis, pelo valor de aproximadamente US\$ 52.000 mil, já tendo sido efetuado adiantamentos no total de R\$ 52.986 (correspondente a 55% do total), com previsão de entrega no primeiro trimestre de 2012. Estas sondas futuramente serão arrendadas à HRTOG.

Em 31 de dezembro de 2011, a HRTN detém doze aeronaves, as quais foram arrendadas à HRTOG e se encontram operando no Brasil, no consórcio Solimões.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

HRT America Inc (HRTA)

Em 04 de março de 2011, foi constituída a HRT America Inc. (HRTA), incorporada sob as leis do estado de Delaware e com instalações em Houston (EUA). O objeto social da controlada consiste na exploração, desenvolvimento e produção de óleo, gás natural, geração de energia elétrica e à aquisição de companhias, dentre outras atividades.

A controlada foi constituída basicamente para prestar serviços de geologia e geofísica para as coligadas, inicialmente para a HRTAF e a HRTOG.

► HRT Africa (HRTAF)

A controlada, inicialmente denominada Labrea Petroleo S.A. teve a alteração de sua denominação social para HRT Africa, aprovada em 30 de março de 2011 pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e tem como objetivo social: (i) a exploração, o desenvolvimento e a produção de petróleo e gás natural; (ii) a importação, exportação, refino, comercialização e distribuição de petróleo, gás natural, combustível e produtos derivados de petróleo; (iii) a geração, comercialização e distribuição de energia elétrica; e (iv) a participação em outras sociedades.

Em 17 de junho de 2011 foi constituída a filial da HRT África na Namíbia.

A HRTAF possui a totalidade dos direitos exploratórios no PEL 023, que correspondem aos blocos *offshore* 2112B e 2212A, localizados na bacia sedimentar de Walvis, na República da Namíbia.

A controlada possui, ainda, 10% de participação nos direitos exploratórios em 1 bloco na bacia do Recôncavo (REC-T-158), 1 bloco na bacia do Espírito Santo (ES-T-400) e 1 bloco na bacia do Rio do Peixe (RIOP-T-75), todos terrestres e localizados ao longo do litoral leste do Brasil, operados pela Cowan Petróleo e Gas S.A. Conforme decisão conjunta consignada em ata de reunião do Comitê operacional do Consórcio, de 19 de abril de 2011, foi encaminhado a ANP o pedido de devolução do bloco REC-T-240, e em 31 de dezembro de 2011 ainda não havia sido aprovado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

► HRT Africa (HRTAF)--Continuação

Em 22 de junho de 2011, foi aprovado o Protocolo de Incorporação Reversa e Justificação da Ranger pela HRT África Petróleo S.A., com sede no Brasil e filial na Namíbia, passando desta forma a HRTAF ser subsidiaria direta da HRTP e HRTOG.

Em 20 de julho de 2011 foi celebrado um "Share Purchase Agreement" entre HRTAF e a Vienna Investments Limited para aquisição da participação da Vienna nas empresas Limpet Investments (50%), Harmony Energy Ltd (50%) e Acarus Investments Ltd (56%). A operação foi concretizada em 18 de agosto de 2011, pelo valor de USD 30.000 mil.

As empresas adquiridas indiretamente através da Vienna detêm participação nos PEL 022 (blocos 2815, 2816 e 2915), PEL 024 (blocos 2713A e 2713B), PEL 017 (blocos 1711A e 1711B) e PEL 028 (blocos 2813A, 2814A e 2914A).

HRT Canada Inc - HRTC (Ex- UNX Energy Corp)

Em 24 de fevereiro de 2011, a Companhia celebrou acordo para adquirir 100% das ações da *UNX Energy Corp.* (*UNX*), sociedade canadense com ações listadas na Bolsa de Valores de Toronto. Em 29 de abril de 2011, a aquisição da *UNX* foi concluída. O valor da transação foi de R\$ 1.272.521, pagos mediante emissão de *Global Depositary Shares* (GDS) lastreadas por 652.575 ações, emitidas pela HRTP. Na mesma oportunidade foi aprovado o fechamento do capital da controlada

Em 07 de julho de 2011, foi aprovada a nova denominação social da *UNX*, que passou a chamar-se HRT Canada Inc (HRTC). A subsidiária tem sede no estado de Alberta, no Canadá e tem como objeto social a exploração, o desenvolvimento e a produção de petróleo e gás natural.

A HRTC possui direta e indiretamente seis subsidiarias, sendo cinco namibianas e uma em BVI, através das quais detém direitos de exploração nas licenças PEL 022 (blocos 2815, 2816 e 2915), PEL 024 (blocos 2713A e 2713B), PEL 028 (blocos 2813A, 2814A e 2914A) e PEL 017 (blocos 1711A e 1711B), todas localizadas na República da Namíbia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Air Amazonia Serviços Aéreos Ltda. (AA)

Em 18 de março de 2011, a HRTP procedeu ao registro da Air Amazônia Serviços Aéreos Ltda. na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (à época denominada BN 47 Serviços Aéreos Ltda.) com o objetivo principal de viabilizar a logística aérea no transporte de pessoas e equipamentos relacionados às atividades de óleo e gás, na campanha exploratória na Bacia do Solimões.

A Companhia, diretamente ou através de suas controladas, vem efetuando os investimentos necessários para cumprir com seu programa exploratório e obter acesso às reservas suficientes para o sucesso de suas operações futuras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, às quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e que no caso da Companhia, diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que para fins de *International Financial Reporting Standards (IFRS*), seria custo ou valor justo.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estão em vigor em 31 de dezembro de 2011.

As práticas contábeis descritas na nota explicativa 3 foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras em 06 de fevereiro de 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras -- Continuação

2.1. Pronunciamentos Técnicos revisados pelo CPC e aprovados pela CVM em 2011

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 1º de janeiro de 2011.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1) - aprovado pela Deliberação CVM nº 675, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - aprovado pela Deliberação CVM Nº 665, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - aprovado pela Deliberação CVM Nº 666, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos - aprovado pela Deliberação CVM Nº 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - aprovado pela Deliberação CVM Nº 676, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. A Companhia apresenta essa análise na nota explicativa nº 20.

Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - aprovado pela Deliberação CVM Nº 677, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras -- Continuação

2.2. Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB

Em junho de 2011, o International Accounting Standards Board - IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 1º de janeiro de 2013:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros – O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 Operações conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis brasileiro, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis

A seguir, apresentamos as principais práticas contábeis utilizadas pela Companhia, evidenciando-as, mesmo quando ainda não são aplicáveis por questões operacionais.

3.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e/ou suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida pelo valor bruto. Os descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas são deduzidos em linha específica na demonstração do resultado. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de óleo e gás

A receita de venda de óleo e gás é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade forem transferidos ao comprador, o que geralmente deverá ocorrer na sua entrega.

Prestação de serviços

A receita de serviços de pesquisas geofísicas e geológicas da controlada IPEX é reconhecida à medida que os serviços correlatos são prestados e possam ser medidos de forma confiável, dentro de critérios previstos contratualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1. Apuração do resultado -- Continuação

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros previstos de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. Os instrumentos financeiros designados como valor justo através do resultado, que incluem ativos financeiros mantidos para negociação e instrumentos derivativos, são marcados a mercado a cada período, em contra-partida à receita financeira.

3.2. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo nas datas de aquisição das parcelas adicionais, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis—Continuação

3.2. Combinação de negócios -- continuação

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

3.3. Transações envolvendo pagamentos em ações

Determinados colaboradores da Companhia e de suas controladas receberam remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os colaboradores prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis — Continuação

3.3. Transações envolvendo pagamentos em ações -- continuação

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza-se de um especialista de precificação externo que emprega um método de valorização apropriado.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a *performance* e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício é registrado em "despesas de pessoal", em contrapartida à conta "ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido" e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicionada a um evento de mercado (condição conectada ao preço das ações do Grupo), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em "despesas de pessoal" corresponde às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis — Continuação

3.3. Transações envolvendo pagamentos em ações -- continuação

Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não aquisição dentro do controle da Companhia ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com títulos patrimoniais são tratados da mesma forma.

O efeito de diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído (Nota 20).

A Companhia não mantém transações envolvendo pagamentos em ações com previsão para liquidação com caixa.

3.4. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

3.4.1) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade e expressas em reais.

3.4.2) Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente (PTAX de venda publicada pelo BACEN) na data da transação e dos respectivos encerramentos dos exercícios, são reconhecidos como ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo, por meio do resultado dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

- 3.5 Instrumentos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação
 - (i) Ativos Financeiros -- continuação

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*, definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

- 3.5 Instrumentos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação
 - (i) Ativos Financeiros -- continuação

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado -- continuação

Derivativos embutidos em contratos principais são contabilizados como derivativos separados quando os seus riscos e características econômicas não são intimamente relacionados com aqueles dos contratos principais e os contratos principais não forem contabilizados a valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são mensurados a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo reconhecidos na demonstração do resultado. Uma nova revisão somente ocorre quando houver uma mudança nos termos do contrato que significativamente altere os fluxos de caixa que, de outra forma, seriam requeridos.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

- 3.5 Instrumentos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação
 - (i) Ativos Financeiros -- continuação

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são apurados pelo valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

- 3.5 Instrumentos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação
 - (i) Ativos Financeiros -- continuação

Ativos financeiros disponíveis para venda -- continuação

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Dividendos sobre instrumentos patrimoniais disponíveis para a venda são reconhecidos no resultado, quando o direito de recebimento da Companhia for estabelecido. O valor justo de ativos monetários disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

A Companhia não registrou nenhum ativo financeiro disponível para venda durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

- 3.5 Instrumentos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação
 - (i) Ativos Financeiros -- continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

- 3.5 Instrumentos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação
 - (ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros -- continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado -- continuação

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

- 3.5 Instrumentos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação
 - (ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros -- continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado -- continuação

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significante e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil.

Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada – mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida no resultado – é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado. Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos diretamente no resultado abrangente.

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado como perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecida na demonstração de resultado.

Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é registrada como receita financeira. Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida aumentar e este aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável na demonstração do resultado, a perda por redução ao valor recuperável é revertida na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

- 3.5 Instrumentos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação
 - (iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, conta garantida, empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação

(iii) Passivos financeiros

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetiva.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

- 3.5 Instrumentos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação
 - (iii) Passivos financeiros -- continuação

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas, quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos da transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação

(v) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na nota explicativa 25.

(vi) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia pode utilizar instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos a termo de *commodities* e *swaps* de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, o risco de variação dos preços de *commodities* e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e, como passivos financeiros, quando o valor justo for negativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação

(vi) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge -- continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- continuação

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedge*s de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Para os fins de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), existem as seguintes classificações:

- hedge de valor justo ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado; ou
- hedge de fluxo de caixa ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; ou
- hedge de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

- 3.5 Instrumentos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação
 - (vi) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge -- continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- continuação

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto a hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Hedges que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

- 3.5 Instrumentos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação
 - (vi) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge -- continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsegüente -- continuação

Hedge de valor justo

O ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de *hedge* (para instrumento de *hedge* derivativo) ou do componente cambial da sua quantia escriturada medido de acordo com o CPC 02 (para instrumento de *hedge* não derivativo) deve ser reconhecido no resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto deve ajustar a quantia escriturada do item coberto a ser reconhecido no resultado. As mudanças do valor justo do instrumento de *hedge* e as mudanças do valor justo do item objeto de *hedge* atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas na linha da demonstração de resultado relacionada ao item objeto de *hedge*.

A mudança no valor justo de um derivativo de taxa de juros designado numa relação de *hedge* é reconhecida no resultado financeiro. A mudança no valor justo do item objeto de *hedge* relacionada ao risco objeto de *hedge* é registrada como ajuste do valor contábil do item objeto de *hedge*, sendo também reconhecida no resultado financeiro.

Se o item objeto de *hedge* for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item objeto de *hedge* numa relação de *hedge*, a variação do valor justo do compromisso firme atribuível ao risco coberto é reconhecida como um ativo financeiro quando ela for positiva ou como um passivo financeiro quando ela for negativa, com o reconhecimento de um correspondente ganho ou perda na demonstração do resultado. O saldo acumulado no balanço patrimonial, decorrente das variações sucessivas do valor justo do compromisso firme atribuível ao risco coberto, será transferido para o saldo do item objeto de *hedge* no momento do reconhecimento inicial (reconhecimento do saldo das contas a pagar ou das contas a receber).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

- 3.5 Instrumentos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação
 - (vi) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge -- continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- continuação

Hedge de fluxo de caixa

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do *hedge* é reconhecida imediatamente no resultado financeiro.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Companhia para uma relação de *hedge* em particular excluir da avaliação da eficácia de *hedge* um componente específico do ganho ou perda ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido imediatamente no resultado financeiro.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de hedge for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de hedge for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido na reserva de outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

- 3.5 Instrumentos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação
 - (vi) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge -- continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- continuação

Hedges de investimento líquido

Hedges de investimentos líquidos em operações no exterior, inclusive hedge de item monetário que são contabilizados como parte do investimento líquido, são contabilizados de forma similar ao hedge de fluxo de caixa. Ganhos ou perdas no instrumento de hedge relacionado à parte eficaz do hedge são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto quaisquer ganhos ou perdas relacionados à parte ineficaz são reconhecidos no resultado. Na alienação da operação no exterior, o valor cumulativo dos ganhos ou perdas reconhecido diretamente no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia mantinha operações de *swap* para proteção da variação cambial, conforme detalhado na nota explicativa 25.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não utilizou a contabilidade de *hedge* para nenhum instrumento derivativo.

Classificação entre curto e longo prazo

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de *hedge* eficaz são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

- Quando a Companhia mantiver um derivativo como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como de longo prazo (ou segregado em parcela de curto e longo prazo), consistentemente com a classificação do item correspondente.
- Os derivativos embutidos que não estão intimamente relacionados ao contrato principal são classificados de forma consistente com os fluxos de caixa do contrato principal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- continuação

(vi) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge -- continuação

Classificação entre curto e longo prazo -- continuação

- Os instrumentos derivativos designados como tal e que são efetivamente instrumentos de *hedge* eficazes são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de *hedge*.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.7 Contas a receber

Estão apresentadas a valores de realização. Os serviços prestados, ainda não faturados na data dos balanços, são contabilizados pelo regime de competência. A provisão para devedores duvidosos é constituída em montante suficiente para a cobertura de eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando os riscos envolvidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.8 Investimento em coligadas e controladas

Conforme requerido pelo ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, os investimentos em coligadas e controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, sendo os investimentos em controladas eliminados para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Uma controlada é uma entidade na qual, a Companhia, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não manteve participações em coligadas.

Com base no método de equivalência patrimonial, o investimento em coligadas e controladas é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionando-se as mudanças após a aquisição da participação societária em controladas. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado.

A demonstração do resultado da controladora reflete a parcela dos resultados das operações das controladas na rubrica de 'resultado de equivalência patrimonial'. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada e controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará este fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e suas coligadas e controladas, são eliminados de acordo com a participação mantida.

A participação societária em controladas é demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível proporcional ao percentual de participação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.8 Investimento em coligadas e controladas -- continuação

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Controladora determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em suas coligadas e controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas coligadas e controladas sofreram perda por redução do valor recuperável. Se assim for, calcula-se o montante da perda por redução do valor recuperável como a diferença entre aquele e o valor contábil, reconhecendo o montante na demonstração do resultado.

3.9 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada pelo método linear ou pelo método das unidades produzidas para os ativos de óleo e gás (quando em operação) e da provisão para redução do seu valor recuperável, quando aplicável. As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas com base no prazo do contrato de aluguel ou expectativa de vida útil do imóvel, dos dois o menor.

3.10 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável e incluem os gastos com direitos e concessões, principalmente, os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para a obtenção de concessões para exploração de petróleo e gás natural.

Os gastos com exploração, avaliação e desenvolvimento da produção são contabilizados utilizando o método dos esforços bem-sucedidos (successful efforts method of accounting).

Custos incorridos antes da obtenção das concessões e gastos com estudos e pesquisas geológicas e geofísicas são lançados ao resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.10 Intangível

Os gastos com a exploração e avaliação diretamente associados ao poço exploratório são capitalizados como ativos de exploração e avaliação, até que a perfuração do poço seja completada e seus resultados avaliados. Estes custos incluem salários de funcionários, materiais e combustíveis utilizados, aluguéis de sondas e outros incorridos com terceiros.

Caso não sejam encontradas reservas comerciais, os gastos efetuados em cada poço exploratório serão baixados ao resultado. Se reservas forem encontradas, o custo será mantido no ativo até que avaliações adicionais quanto à comercialidade da reserva de hidrocarbonetos sejam concluídas.

Os ativos exploratórios estão sujeitos a revisões técnicas, comerciais e financeiras, pelo menos anualmente, para confirmar a intenção da Administração de desenvolver e produzir hidrocarbonetos na área. Quando são identificadas reservas provadas e o desenvolvimento é autorizado, os gastos exploratórios da área são transferidos para "ativos de óleo e gás".

Na fase de desenvolvimento, as inversões para construção, instalação e infraestrutura (como plataformas, dutos e perfuração de poços de desenvolvimento, de delimitação e mal-sucedidos) são capitalizadas como "ativos de óleo e gás".

Os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas de produção serão estimados e registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida à provisão que suportará tais gastos, tão logo exista uma obrigação legal ou construtiva de desmantelamento da área. Esta provisão será apresentada como ativo imobilizado em contrapartida ao passivo exigível a longo prazo.

As estimativas dos custos com abandono serão contabilizadas levando-se em conta o valor presente destas obrigações, descontadas a uma taxa de juros livre de risco. Tais estimativas serão revistas pelo menos uma vez por ano ou quando houver indicação de mudanças relevantes, com a conseqüente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos. A provisão será atualizada, mensalmente, em base *pró-rata* considerando-se a taxa de desconto livre de risco com a qual terá sido descontada em contrapartida a uma despesa financeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.10 Intangível

Os ativos de óleo e gás, incluindo os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas, serão depreciados pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no período e suas respectivas reservas provadas desenvolvidas. Para os ativos que beneficiarão toda a vida útil econômica do campo, como bônus de assinatura, bases de apoio, gasodutos e oleodutos, a depreciação será calculada considerando-se a produção do período e as reservas provadas totais.

Instalações e infra-estrutura, cuja vida útil econômica é inferior a vida econômica das reservas do campo, serão depreciados pelo método linear.

3.11 Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa, anualmente, o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, será constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Estas perdas serão classificadas em rubrica específica ("perdas no valor recuperável de ativos") na demonstração do resultado.

O valor recuperável de uma determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Em ambos os casos, serão utilizadas estimativas e premissas consideradas razoáveis pela Administração. É possível que a cotação do preço do óleo no mercado internacional varie negativamente, o que pode impactar a economicidade de uma determinada área. A Administração monitora periodicamente os indicadores internos e externos que possam resultar em redução do valor recuperável dos seus ativos.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.11 Provisão para recuperação de ativos -- Continuação

que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.12 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Os riscos tributários, cíveis e trabalhistas são avaliados com base na opinião dos consultores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não constituiu nenhuma provisão, em função da inexistência de ação com probabilidade de perda provável.

3.13 Estimativas contábeis

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vida útil do ativo imobilizado; a estimativa de reservas utilizada no cálculo da depreciação pelo método das unidades produzidas; a avaliação do valor recuperável das unidades geradoras de caixa; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social na controladora e nas controladas brasileiras são apurados pelo regime de tributação com base no lucro real. A base de cálculo para apuração dos impostos considera as adições e exclusões previstas na legislação vigente.

3.15 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03.

3.16 Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09.

3.17 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode-se obter receitas e incorrer em despesas. Os resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento, para a avaliação do seu desempenho e para que haja informação financeira individualizada disponível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Procedimentos de consolidação

As demonstrações consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 incluem as informações financeiras da controladora e das controladas HRTOG, IPEX, HRTAF, HRTN, HRTC, HRTA e AA.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data na qual a HRT obtém o controle até a data que esse controle deixe de existir. As informações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado das empresas controladas corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações: (a) eliminação dos saldos de ativos e/ou passivos entre as sociedades consolidadas; (b) eliminação dos investimentos contra o respectivo patrimônio líquido da sociedade controlada; e (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de transações entre as sociedades consolidadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Contro	Controladora		olidado
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Caixa	-	-	58	19
Bancos	18	104	56.944	20.831
	18	104	57.002	20.850

6. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consc	olidado
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Para negociação Mantidos até o vencimento	677.632 319.795	2.121.274	909.933 524.244	2.405.724
	997.427	2.121.274	1.434.177	2.405.724

As aplicações financeiras constituem-se, principalmente, de Certificados de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas lastreadas em debêntures, emitidos por bancos de primeira linha. As aplicações financeiras são remuneradas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Títulos e valores mobiliários--Continuação

A seguir, apresentamos quadro resumo das aplicações por tipo de instrumento financeiro:

a) Para negociação

		-	Controladora			solidado	
Banco	Vencimento	Remuneração	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	
Certificado de Depósito Bancário (CD	nR)						
Banco do Brasil	01/10/2015	CDI	_	216.383		216.383	
Barico do Brasil	01/10/2013	CDI	-	210.303	-	210.303	
Banco do Brasil	18/11/2016	CDI	83	-	83		
Banco do Brasil	21/11/2013					-	
		CDI	687	-	687		
Votorantim	24/10/2011	CDI	-	203.725	-	203.725	
Votorantim	25/01/2012	CDI	48.319	-	48.319	-	
Votorantim	17/12/2012	CDI	-		50.105	-	
Votorantim	18/12/2012	CDI	25.610	-	25.610	-	
Votorantim	26/11/2013	CDI	74.072	_	74.072	_	
Votorantim	26/11/2012	CDI		_	38.231	_	
Votorantim	24/12/2012	CDI	_	_	273	_	
BTG Pactual	24/10/2011	CDI		254.601	2/3	254.601	
Santander		CDI	-	437.302	-		
	17/10/2012		-		-	437.302	
HSBC	11/11/2013	CDI	•	85.906	•	85.906	
Standard Bank	22/11/2011	CDI		5.052		5.052	
Standard Bank	30/01/2012	CDI	5.394	-	5.394		
Banco do Brasil	07/08/2015	CDI	-	-		13.976	
HSBC	19/11/2013	CDI	•	-	6.917	194.573	
			154.165	1.202.969	249.691	1.411.518	
Operações compromissadas lastre Bradesco	19/03/2012	CDI	-	4.801	-	4.801	
Bradesco	24/10/2011	CDI	-	276.971	-	276.971	
Bradesco	24/10/2011	CDI	-	535.614		535.614	
Bradesco	28/05/2012	CDI	-	-	48.641		
Bradesco	28/05/2012	CDI	-			-	
Bradesco	09/09/2013			-	6.888	-	
Itaú BBA		CDI	-	-	4.047	- - -	
	15/07/2013	CDI	-	- -		- - -	
	15/07/2013 28/04/2012	CDI CDI	- - -	- - -	4.047	- - - 5.599	
Itaú BBA	15/07/2013 28/04/2012 17/10/2012	CDI CDI CDI	- - -	- - - - 49.318	4.047 861 -	5.599 49.318	
Itaú BBA Itaú BBA	15/07/2013 28/04/2012 17/10/2012 05/12/2013	CDI CDI CDI CDI	- - - - 176	49.318	4.047 861 - - 176		
Itaú BBA Itaú BBA	15/07/2013 28/04/2012 17/10/2012	CDI CDI CDI	- - - 176 1.308	49.318 -	4.047 861 -		
Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA	15/07/2013 28/04/2012 17/10/2012 05/12/2013	CDI CDI CDI CDI		- - - - 49.318 - -	4.047 861 - - 176		
Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA	15/07/2013 28/04/2012 17/10/2012 05/12/2013 02/12/2013	CDI CDI CDI CDI CDI	1.308	49.318 - - - - - - 50.538	4.047 861 - - 176 1.308		
Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA	15/07/2013 28/04/2012 17/10/2012 05/12/2013 02/12/2013 21/11/2013	CDI CDI CDI CDI CDI CDI	1.308	- -	4.047 861 - - 176 1.308	49.318 - - -	
Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Votorantim	15/07/2013 28/04/2012 17/10/2012 05/12/2013 02/12/2013 21/11/2013 21/11/2011	CDI CDI CDI CDI CDI CDI CDI	1.308 7.364	- -	4.047 861 - 176 1.308 7.364	49.318 - - -	
Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Votorantim Santander	15/07/2013 28/04/2012 17/10/2012 05/12/2013 02/12/2013 21/11/2013 21/11/2011 15/04/2013	CDI CDI CDI CDI CDI CDI CDI CDI	1.308 7.364	- -	4.047 861 - 176 1.308 7.364	49.318 - - - 50.538	
Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Votorantim Santander Santander	15/07/2013 28/04/2012 17/10/2012 05/12/2013 02/12/2013 21/11/2013 21/11/2011 15/04/2013 04/09/2012 19/11/2013	CDI CDI CDI CDI CDI CDI CDI CDI CDI	1.308 7.364 58.603	- -	4.047 861 - 176 1.308 7.364	49.318 - - - 50.538	
Santander Santander Santander	15/07/2013 28/04/2012 17/10/2012 05/12/2013 02/12/2013 21/11/2013 21/11/2011 15/04/2013 04/09/2012 19/11/2013	CDI	1.308 7.364 58.603 443.253	- -	4.047 861 - - 176 1.308 7.364 134.906 443.253	49.318 - - 50.538 - 27.364	
Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Votorantim Santander Santander Santander Santander Santander Bradesco	15/07/2013 28/04/2012 17/10/2012 05/12/2013 02/12/2013 21/11/2013 21/11/2011 15/04/2013 04/09/2012 19/11/2013 08/10/2013	CDI	1.308 7.364 58.603 443.253	- -	4.047 861 - - 176 1.308 7.364 134.906 443.253	49.318 - - 50.538 - 27.364 - - 20.664	
Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Votorantim Santander Santander Santander Santander	15/07/2013 28/04/2012 17/10/2012 05/12/2013 02/12/2013 21/11/2013 21/11/2011 15/04/2013 04/09/2012 19/11/2013	CDI	1.308 7.364 58.603 443.253 12.740	50.538 - - - - - - -	4.047 861 - 176 1.308 7.364 134.906 443.253 12.740	49.318 - - 50.538 - 27.364 - 20.664 21.797	
Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Votorantim Santander Santander Santander Santander Santander Santander Santander Bradesco Bradesco	15/07/2013 28/04/2012 17/10/2012 05/12/2013 02/12/2013 21/11/2013 21/11/2011 15/04/2013 04/09/2012 19/11/2013 08/10/2013	CDI	1.308 7.364 58.603 443.253	50.538	4.047 861 - - 176 1.308 7.364 134.906 443.253	49.318 - - 50.538 - 27.364 - - 20.664 21.797	
Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Votorantim Santander Santander Santander Santander Bradesco Bradesco undo de investimento exclusivo	15/07/2013 28/04/2012 17/10/2012 05/12/2013 02/12/2013 21/11/2013 21/11/2011 15/04/2013 04/09/2012 19/11/2013 08/10/2013	CDI	1.308 7.364 58.603 443.253 12.740	50.538 - - - - - - - - - - - - - - 1.013	4.047 861 - 176 1.308 7.364 134.906 443.253 12.740 - - 660.184	49.318 - - 50.538 - 27.364 - - 20.664 21.797 992.666 1.013	
Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Votorantim Santander Santander Santander Santander Santander Santander Bradesco Bradesco	15/07/2013 28/04/2012 17/10/2012 05/12/2013 02/12/2013 21/11/2013 21/11/2011 15/04/2013 04/09/2012 19/11/2013 08/10/2013 24/08/2012 27/08/2012	CDI	1.308 7.364 58.603 443.253 12.740	50.538	4.047 861 - 176 1.308 7.364 134.906 443.253 12.740	49.318 - - 50.538 - 27.364 - - 20.664 21.797	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Títulos e valores mobiliários--Continuação

b) Mantidos até o vencimento--Continuação

			Controladora		Consolidado	
Banco	Vencimento	Remuneração	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Certificado de Depósito Bancário (CDB) BTG Pactual	30/01/2012	CDI	96.669	-	301.118	-
Operações compromissadas lastreadas em debêntures Santander	16/01/2012	CDI	223.126	-	223.126	<u>-</u>
Total de aplicações mantidas até o vencimento		_	319.795	-	524.244	-

Do total das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e sua controlada HRTOG possuem, o valor de R\$ 1.030.940 depositados junto a instituições financeiras como garantia das fianças por elas emitidas com vencimento em 31 de maio de 2012, vinculadas à operação de aquisição junto à Petra Energia dos 45% restantes dos direitos de exploração dos 21 blocos da bacia do Solimões, conforme mencionado na nota explicativa 16 - Intangível.

7. Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Agência Nacional de Petróleo – ANP	702	1.009
Devon Energy do Brasil Ltda.	-	462
OGX Petróleo & Gas Ltda.	-	206
Halliburton Serviços Ltda.	195	-
Analytical Technology	177	-
Chinter Consultoria Aduaneira Ltda.	167	-
Outros	141	267
	1.382	1.944

Cancalidada

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consc	olidado
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de renda e contribuição social	12.377	4.192	30.114	7.255
Imposto sobre Serviço	-	-	4.189	146
Outros	-	-	403	106
	12.377	4.192	34.706	7.507
	•			

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consc	olidado
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
<u>Circulante</u>				
Geoquasar	-	-	-	6.600
Costa Porto Logística International	-	-	3.881	-
IEC Instalações	-	-	1.918	-
Aeróleo Taxi Aéreo	-	-	1.233	-
International Chamber of Commerce	-	-	823	-
Outros	97	10	3.209	621
	97	10	11.064	7.221
Não circulante				
Queiroz Galvão Óleo & Gás	-	-	21.954	-
	-	-	21.954	-
	97	10	33.018	7.221

O valor adiantado à Queiroz Galvão refere-se a cláusula 24.2 dos contratos das Sondas QG-VIII e QG-IX os quais passarão a ser descontados do faturamento mensal das Sondas a partir do terceiro ano de vigência dos contratos.

10. Despesas antecipadas

	Contro	Controladora		olidado
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Mobilização	-	-	4.167	-
Seguros	7	8	3.299	1.980
Outros	86	6	926	157
	93	14	8.392	2.137

Mobilização

A controlada HRTOG mantém contratos referente à aquisição de sísmica 2D, nos quais determinada parcela do contrato é classificada como mobilização. A mobilização é a apropriação ao resultado conforme andamento do projeto, ou seja, durante a vigência do contrato.

Seguros

Referem-se aos prêmios de seguro pagos conforme descrito na nota 27.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo remanescente é de R\$ 3.299 e será amortizado, mensalmente, de acordo com a vigência dos contratos.

11. Depósitos em garantia (consolidado)

Em 2010, a controlada HRTOG assinou diversos contratos de seguro para atender às exigências da ANP. Para tanto, além do prêmio pago, foi oferecido depósito colateral no valor equivalente a R\$ 34.500 junto ao Banco do Brasil S.A. Em 26 de julho de 2011, a J.Malucelli formalizou renuncia ao valor dado como garantia e os recursos bloqueados foram resgatados.

Em atendimento às exigências legais na Namíbia, em 31 de dezembro de 2011, a controlada HRTOG mantém depositado em garantia, no âmbito do Programa Exploratório Mínimo relativo à licença PEL 028 junto ao Standard Bank PLC, em Londres, o valor nominal de USD 212 mil, que atualizado na data base corresponde a USD 235,5 mil, equivalentes a R\$ 442 (USD 234.3 mil, equivalentes a R\$ 390 em 31 de dezembro de 2010). O saldo é remunerado com base em percentuais de variação da *London Interbank Offered Rate (LIBOR*).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Aquisição de novas controladas

a) Ranger Participações Ltda.

Em agosto de 2010, a Companhia passou a deter, direta e indiretamente, 100% das quotas representativas do capital social da Ranger Participações Ltda. O preço de aquisição é assim demonstrado:

	31/12/2010
Pagamento em dinheiro em 30 de maio de 2010	9.020
Pagamento em participação acionária em 30 de maio de 2010	24.262
Pagamento em participação acionária em 31 de agosto de 2010	1.844
Total	35.126

Em maio de 2010, a HRT assumiu dívidas detidas pela Ranger, no valor de USD 2.000 mil e a HRTOG, compromissos da Labrea, no valor de até USD 8.000 mil. Ambas as obrigações já foram devidamente quitadas naquele exercício.

Segue abaixo o valor justo dos ativos e passivos identificáveis da adquirida, na data da realização da transação:

	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	52
Ativo Intangível	56.177
Outros ativos	24
Contas a pagar	(21.076)
Outros passivos	(51)
	35.126

A Companhia realizou estudo econômico-financeiro e concluiu que existe uma grande probabilidade de encontrar reservas de hidrocarbonetos economicamente viáveis em cada um dos blocos da adquirida. Por isso, foi atribuído aos seus direitos exploratórios no Brasil e na Namíbia, ágio equivalente ao excesso entre o valor justo e o acervo contábil líquido da adquirida, no montante de R\$ 53.690, deduzido o passivo a descoberto existente à época, no valor de R\$ 18.564.

Em 22 de junho de 2011, conforme mencionado na nota explicativa 1, a Ranger foi incorporada pela HRTAF pelo valor do seu acervo líquido, conforme laudo de perito independente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Aquisição de novas controladas--Continuação

b) HRT Canadá (ex-UNX)

Em abril de 2011, a Companhia adquiriu 100% das ações da ex-UNX. A aquisição da empresa foi realizada mediante a troca de 0,5579 Global Depositary Share (GDS), representando 0,01 ação da HRT Participações S.A., por cada ação da UNX. Segue abaixo o valor justo dos ativos e passivos identificáveis da adquirida, na data da realização da transação:

	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	61.285
Investimentos	1.929
Impostos a recuperar	835
Ativo Intangível	1.219.918
Outros ativos	749
Contas a pagar	(12.195)
Preço de aquisição	1.272.521
Valor contábil na data de aquisição	(76.844)
Preço de compra alocado	1.195.677

A Companhia realizou estudo econômico-financeiro e concluiu que existe uma grande probabilidade de encontrar reservas de hidrocarbonetos economicamente viáveis nos blocos da adquirida. Por isso, o excesso entre o valor justo e o acervo contábil líquido da adquirida foi preliminarmente alocado aos seus direitos exploratórios da adquirida na Namíbia.

Uma vez que o excedente entre o valor justo e o acervo contábil líquido da adquirida não tem dedutibilidade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social, a Companhia reconheceu o efeito dos impostos diferidos em contra partida ao ágio, no montante de R\$ 406.530, conforme preconiza o Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12).

As aquisições se coadunam com os objetivos estratégicos da Companhia de investir no segmento de petróleo e gás e ampliar seu portfólio de reservas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Investimentos

	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
HRT O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda. Integrated Petroleum Expertise Company Serviços em Petróleo	1.375.143	493.051
Ltda IPEX	5.350	4.942
HRT Netherlands B.V.	175.007	27.659
HRT África	52.671	30.119
HRT America	3.545	-
HRT Canadá	1.660.099	_
Air Amazonia	(1.922)	-
	3.269.893	555.771

a) Movimentação do investimento

	HRTOG	IPEX	HRT BV	HRT ÁFRICA	HRT AMÉRICA	HRT CANADÁ	AIR AMAZONIA	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2011	493.051	4.942	27.659	30.119	-	_	_	555.771
Adiantamento para futuro aumento de capital		6.400	-	-	-	-	4.365	10.765
Aguisição da UNX	-	-	-	-	-	76.844	-	76.844
Intangíveis identificáveis na aquisição da UNX								
(**)	-	-	-	-	-	1.602.207	-	1.602.207
Aumento de capital	1.184.785	-	136.437	21.053	13.523	-	2.500	1.358.298
Variação no percentual de participação	(9.866)	-	-	9.866	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(309.965)	(5.992)	(8.782)	(10.653)	(11.226)	(23.384)	(8.787)	(378.789)
Variação nos instrumentos derivativos	` 7.616 [′]	` -′	` -′	,	` -′		` -′	7.616
Ajusté acumulado de conversão	9.522	-	19.693	2.286	1.248	4.431		37.180
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.375.143	5.350	175.007	52.671	3.545	1.660.099	(1.922)	3.269.893

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Investimentos

a) Movimentação do investimento—Continuação

_	HRTOG	IPEX	HRTBV	HRT ÁFRICA *	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2010	137.040	12.721	-	-	149.761
Adiantamento para futuro aumento de capital				4.719	4.719
Aumento de capital	421.130	-	29.342	-	450.472
Intangíveis identificáveis na aquisição da Ranger (*)	-	-	-	38.933	38.933
Participação inicial em passivo a descoberto	-	-	-	(12.827)	(12.827)
Resultado de equivalência patrimonial	(65.119)	(7.779)	(905)	(706)	(74.509)
Ajuste acumulado de conversão	· -	· -	(778)	· <u>-</u>	(778)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	493.051	4.942	27.659	30.119	555.771

^(*) Reflete o investimento da controladora no capital da Ranger em 2010 na proporção da participação direta ao percentual de 74,38%. O investimento indireto através da controlada integral HRTOG, proporcional à participação de 25,62%, inclui ágio de R\$ 13.776 e participação em passivo a descoberto de R\$ 4.999. Conforme mencionado na nota explicativa 11, o ágio na aquisição do investimento foi alocado ao intangível (bônus de assinatura), nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia no montante total de R\$ 53.690.

b) Informações relevantes sobre as investidas

	HRTOG	IPEX	HRT BV	HRT ÁFRICA	HRT AMÉRICA	HRT CANADÁ	AIR AMAZONIA
Participação direta	99,99%	99,99%	100%	20%	100%	100%	100%
Participação indireta	· -	· -	-	80%	-	-	-
Patrimônio líquido	1.375.143	5.350	175.007	63.788	3.545	57.890	(1.922)
Prejuízo do exercício	(309.965)	(5.992)	(8.782)	(53.021)	(11.226)	(23.385)	(8.787)
Total dos ativos	2.454.968	8.504	175.746	86.933	5.899	76.942	6

^(**) O ágio apurado na aquisição da HRT Canadá (ex-UNX) é composto por dois valores: (i) R\$ 1.195.677 referentes à diferença entre o valor justo e o acervo contábil da Companhia, conforme descrito na nota explicativa 12; e (ii) R\$ 406.530 referentes ao imposto de renda diferido, gerado sobre o ágio, conforme descrito na nota explicativa 1.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado

a) Composição do saldo

		Consolidado				
	Taxa de depreciação (%)	Custo	Depreciação	Saldo em 31/12/2011	Saldo em 31/12/2010	
Em operação						
Aeronaves	10	138.865	(7.405)	131.460	6.163	
Esculturas	-	26	` -	26	26	
Embarcações		694	(12)	682	-	
Máquinas e equipamentos	10	9.012	(1.381)	7.631	4.028	
Móveis e utensílios	10	6.003	(772)	5.231	3.004	
Equipamentos de comunicação	20	536	(76)	460	116	
Veículos	20	10.092	(838)	9.254	164	
Equipamentos de informática	20	8.754	(2.752)	6.002	2.980	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4	68.221	(5.256)	62.965	8.855	
Instalações	10	8.164	(276)	7.888	8	
Em andamento						
Material para uso e consumo (poços)		36.534	-	36.534	13.066	
Adiantamento para aquisição de guindaste	-	2.136	-	2.136	-	
Adiantamentos para aquisição de sonda	-	52.986	-	52.986	-	
Outros		13	-	13	3	
		342.036	(18.768)	323.268	38.413	

b) Movimentação do saldo

_	Saldo em 01/01/2011	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2011
Em operação				
Aeronaves	6.163	132.981	(7.684)	131.460
Esculturas	26	-	•	26
Embarcações	-	694	(12)	682
Máquinas e equipamentos	4.028	4.262	(6 5 9)	7.631
Móveis e utensílios	3.004	2.611	(384)	5.231
Equipamentos de comunicação	116	406	(62)	460
Veículos	164	9.823	(733)	9.254
Equipamentos de informática	2.980	4.253	(1.231)	6.002
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8.855	59.082	(4.972)	62.965
Instalações	8	8.180	(300)	7.888
Em andamento				
Material para uso e consumo (poços)	13.066	23.468	-	36.534
Adiantamento para aquisição de guindastes	-	2.136	-	2.136
Adiantamento para aquisição de sonda	-	52.986	-	52.986
Outros	3	10	-	13
Total	38.413	300.892	(16.037)	323.268

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado--Continuação

b) Movimentação do saldo--Continuação

	Saldo em 01/01/2010	Adição por aquisição de controladas	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2010
Em operação					
Esculturas	-	-	26	-	26
Máquinas e equipamentos	2.123		2.242	(337)	4.028
Móveis e utensílios	530	15	2.612	(153)	3.004
Equipamentos de comunicação	25	-	104	(13)	116
Veículos	225	-	-	(61)	164
Equipamentos de informática	1.147	2	2.495	(664)	2.980
Benfeitorias em imóveis de terceiros	435	-	8.777	(357)	8.855
Instalações			9	(1)	8
Em andamento					
Material para uso e consumo (poços)	-	-	13.066	-	13.066
Aeronaves	-	-	6.163	-	6.163
Obras em andamento	-	-	3	-	3
Total	4.485	17	35.497	(1.586)	38.413

15. Ativo mantido para venda

Em 25 de maio de 2011 a HRTOG exerceu a opção de compra dos 45% de participação da Petra Energia nos direitos exploratórios dos 21 blocos da Bacia do Solimões, conforme previsto no *Third Amendment to Farm Out Agreement*. Para garantir o negócio, apresentou cartas de fiança, por meio de três bancos, no valor total de R\$ 1.288.675 ("Valor da Opção de Compra").

Em 07 de dezembro de 2011 a Petra e a HRTOG assinaram um acordo para concluir o processo de aquisição e parcelamento dentro da opção de compra exercida ("Settlement Agreement and Release"), mantendo como pré-requisito para sua efetivação a aprovação da transferência pela Agência Nacional do Petróleo ("ANP"), ocorrida em 08 de dezembro de 2011.

Ao custo de aquisição de R\$ 1.288.675 foi acrescido os gastos diretamente relacionados a aquisição do ativo no montante de R\$ 7.453.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Ativo mantido para venda - Continuação

Conforme previsto nos compromissos assinados, em 14 de dezembro de 2011 a HRTOG realizou o pagamento da 1ª parcela do acordo no valor de R\$ 257.735. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo remanescente, a ser pago à Petra em 4 parcelas semestrais até 18 de novembro de 2013, foi provisionado nas demonstrações financeiras, dos quais R\$ 515.470 foram registrados no passivo circulante e R\$ 515.470 no passivo não circulante, totalizando R\$ 1.030.939. Esses valores serão atualizados pela taxa CDI ou Libor, a definição da taxa está condicionada a venda da participação, conforme divulgado na nota 29.

Em 31 de outubro de 2011 a HRTOG e a subsidiária brasileira da TNK-BP, TNK-Brasil Exploração e Produção de Óleo e Gás Natural Ltda. ("TNK-Brasil") assinaram o *Farm-In Agreement (FIA)* relativo à transferência da participação de 45% objetos da opção de compra exercida. Conforme os termos acordados entre as partes, a TNK-BP deverá pagar à HRTOG o valor de USD 1 bilhão a serem pagos em 5 parcelas semestrais.

Em 31 de dezembro de 2011 a transferência da participação nos ativos ainda não tinha sido aprovada pela ANP.

Após a aprovação pela ANP da transferência da participação de 45% dos 21 blocos da bacia do Solimões, a Petra terá direito a receber 50% do ganho apurado entre o valor de compra e venda do ativo, a ser pago em igual número de parcelas do cronograma de recebimento pela HRTOG.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Intangível

a) Composição do saldo

	Taxa de	Conso	lidado
	depreciação (%)	31/12/2011	31/12/2010
Ativos de petróleo e gás Bônus de assinatura - Bacia do Solimões Bônus de assinatura - aquisição da HRTAF Bônus de assinatura - aquisição da Participação do	(*) (*) (*)	167.095 53.854 1.629.015	108.492 53.854 -
Bônus de assinatura – aquisição da participação da Vienna em empresas (Limpet, Harmony e Acarus) Gastos exploratórios Softwares e outros	(*) (*) 20	56.218 279.428 7.858	7.659 4.074
Amortização acumulada Total		2.193.468 (2.626) 2.190.842	174.079 (478) 173.601

^(*) Os ativos de óleo e gás, incluindo os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas, serão amortizados pelo método das unidades produzidas.

b) Movimentação do saldo

-	Saldo em 01 de janeiro de 2011	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31 de dezembro de 2011
Bônus de assinatura - bacia do Solimões	108.492	58.603	-	-	167.095
Bônus de assinatura - aquisição de HRTAF	53.854	-	-		53.854
Bônus de assinatura - aquisição de HRTC	-	1.629.015	-	-	1.629.015
Bônus de assinatura – aquisição da participação da Vienna em empresas	-	56.218	-	-	56.218
Gastos exploratórios	7.659	271.769	-	-	279.428
Softwares	3.593	3.054	-	(1.418)	5.229
Outros	3	-	-	` -	3
- -	173.601	2.018.659	-	(1.418)	2.190.842
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·					

_	Saldo em 01 de janeiro de 2010	Adição por aquisição de controladas	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31 de dezembro de 2010
Bônus de assinatura – Bacia do Solimões Bônus de assinatura - aquisição de	52.546	-	55.946	-	-	108.492
controlada - Nota 10	-	165	53.689	-	-	53.854
Gastos exploratórios	-	-	7.659	-	-	7.659
Softwares	404	-	3.497	-	(308)	3.593
Outros		-	3	-	-	3
	52.950	165	120.794	-	(308)	173.601

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Intangível (consolidado)--Continuação

O saldo da conta Bônus de assinatura - Bacia do Solimões, em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 167.095, refere-se aos valores pagos à Petra para a aquisição de 55% dos direitos exploratórios dos 21 blocos localizados na bacia do Solimões.

O saldo de bônus de assinatura - aquisição de controladas referem-se a alocação do ágio, gerado na aquisição de cada empresa, nos montantes de R\$ 53.854, R\$ 1.629.015 e R\$ 56.218 para HRTAF, HRTC e participações da Vienna em empresas, respectivamente.

Os bônus de assinatura e gastos exploratórios serão amortizados pelo método das unidades produzidas, considerando a produção de cada concessão e o volume de reservas. Caso não sejam identificadas reservas de hidrocarbonetos economicamente viáveis, estes gastos serão lançados no resultado.

Segue abaixo o bônus de assinatura referente a cada bloco:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Intangível (consolidado)--Continuação

Blocos	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Onshore		
SOL-T-148	664	431
SOL-T-149	3.966	2.575
SOL-T-168	10.492	6.812
SOL-T-169	5.802	3.767
SOL-T-170	7.019	4.557
SOL-T-191	9.903	6.430
SOL-T-192	10.561	6.857
SOL-T-214	9.892	6.423
SOL-T-215	10.553	6.852
SOL-T-216	10.553	6.852
SOL-T-217	10.553	6.852
SOL-T-151	8.593	5.579
SOL-T-172	3.304	2.145
SOL-T-174	10.567	6.861
SOL-T-194	8.049	5.226
SOL-T-195	4.400	2.857
SOL-T-196	5.940	3.857
SOL-T-197	10.561	6.857
SOL-T-218	5.278	3.427
SOL-T-219	9.892	6.423
SOL-T-220	10.553	6.852
Total Solimões	167.095	108.492
ES-BT-400	100	100
RIOP-T-75	3	3
REC-T-158	51	51
REC-T-240	11	11
Total outros onshore no Brasil	165	165
Total de bonus <i>onshore</i>	167.260	108.657
Offshore		
PEL 0023	53.689	53.689
PEL 0028	62.354	
PEL 0024	1.474.579	-
PEL 0022	144.930	-
PEL 0017	3.370	-
Total de bonus offshore	1.738.922	53.689
Total de bônus de assinatura	1.906.182	162.346

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Intangível (consolidado)--Continuação

Bacia de Solimões

A controlada detém, atualmente, 100% de participação dos direitos exploratórios em 2 Consórcios (BT-SOL 4 e BT-SOL 4A) compreendendo um total de 21 blocos da Bacia de Solimões (Blocos SOL-T-148, SOL-T-149, SOL-T-151, SOL-T-168, SOL-T-169, SOL-T-170, SOL-T-172, SOL-T-174, SOL-T-191, SOL-T-192, SOL-T-194, SOL-T-195, SOL-T-197, SOL-T-214, SOL-T-215, SOL-T-216, SOL-T-217, SOL-T-219 e SOL-T-220), adquiridos em etapas à Petra Energia conforme divulgado na nota explicativa 15.

Com a finalidade de otimizar a logística aérea da campanha exploratória do consórcio Solimões, a HRTOG adquiriu da empresa Passaredo Transportes Aéreos Ltda. três aeronaves, modelo EMB-120 ER e da empresa DMR Participações um helicóptero modelo Esquilo B2.

Em 31 de dezembro de 2011, a HRTOG, como operadora do consórcio possui, assinados, os seguintes contratos relevantes: aluguel de quatro sondas helitransportáveis, aquisição de sísmica 2D para os blocos *onshore* da Bacia de Solimões, integração de poços e perfuração de blocos.

Em 31 de dezembro de 2011, a HRTOG já tinha atingido a área de interesse nos blocos SOL-T-168 e SOL-T-170, nos quais foram identificados intervalos de reservatórios com hidrocarbonetos.

Bacia de Orange

Em 14 de maio de 2010, foi assinado acordo (*Petroleum Agreement*) entre a HRTOG e o Governo da República da Namíbia envolvendo os direitos exploratórios do PEL 028 (*Petroleum Exploration Licence*), que abrange os blocos 2813A, 2814B e 2914A, situados na bacia sedimentar de Orange naquele país.

Neste PEL, a controlada detém participação de 40%, sendo a operadora da licença. Sua coligada HRT Canadá (ex-UNX) e a Acarus Investment (Proprietary) Limited (ACARUS), empresa localizada na República da Namíbia, possuem, respectivamente, 40% e 20% dos direitos exploratórios.

Em 31 de dezembro de 2011, a HRTOG, como operadora da licença, possui assinados contratos para aquisição de sísmica 3D.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Arrendamento mercantil operacional (arrendatário)

Sondas helitransportáveis arrendadas da companhia Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A. e Tuscany Perfurações Brazil Ltda.

Queiroz Galvão

A controlada HRTOG (arrendatária) possui contratos de arrendamento e de prestação de serviços de duas sondas helitransportáveis com a Queiroz Galvão (arrendadora) firmados em 03 de agosto de 2010, com vigência de 4 anos, contada a partir de 15 de abril de 2011.

Os pagamentos futuros mínimos, descontados a valor presente estão estimados da seguinte forma:

Pagamentos futuros mínimos (Em US\$ mil)		
Ano 1	15.835	
Ano 2	14.024	
Ano 3	12.419	
Ano 4	2.876	
	45.154	

Tuscany

A controlada HRTOG (arrendatária) possui contratos de arrendamento e de prestação de serviços, de duas sondas helitransportáveis com a Tuscany (arrendadora), firmados em 27 de outubro de 2010, com vigência de 4 anos, contados a partir dos desembaraços aduaneiros das sondas, ocorridos em fevereiro e março de 2011.

Os pagamentos futuros mínimos, descontados a valor presente estão estimados da seguinte forma:

Pagamentos futuros mínimos (em US\$ mil)		
Ano 1	10.507	
Ano 2	9.305	
Ano 3	8.240	
Ano 4	1.908	
	29.960	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Tributos e contribuições sociais

	Contro	oladora	Consc	olidado
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
PIS e Cofins sobre Importação de serviços	-	71	-	338
Imposto sobre serviços	40	31	550	164
Imposto sobre operações financeiras	-	-	339	339
IRRF sobre serviços	431	285	3.718	498
Contribuição social sobre serviços	43		2.964	
INSS	233	196	5.072	1.501
FGTS	135		909	
Outros	10	16	116	263
	892	599	13.668	3.103

19. Imposto de renda e contribuição social

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Prejuízo do período antes do IRPJ e CSLL Adições permanentes Adições temporárias	(289.101) 399.534	(142.659) 123.757
Exclusões permanentes Exclusões temporárias	(16.366) -	(10.518)
Base de cálculo para apuração do IRPJ e CSLL	94.067	(29.420)
Imposto de renda corrente	(23.493)	-
Contribuição social corrente Imposto de renda e contribuição social correntes	(8.466) (31.959)	-
Prejuízo fiscal de anos anteriores	28.220	-
Imposto de renda diferido	7.031	-
Contribuição social diferido	2.541	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.572	-
Imposto de renda e contribuição social	22.387	-

	Prejuíz	o Fiscal	Crédito fiscal			
Empresas	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010		
HRTP	7.209	33.287	2.451	11.318		
HRTOG	322.749	44.097	96.825	14.993		
IPEX	5.922	-	2.013	-		
HRTAF	6.577	-	2.236	-		
AA	8.878	-	2.988	-		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Em 2010 a controlada IPEX não possuía prejuízos fiscais acumulados a compensar, já que apurava resultados com base no regime de lucro presumido.

Prejuízos fiscais a compensar gerados no Brasil não expiram e são compensados com lucro tributável futuro, limitado, entretanto, a 30% a cada exercício. Em razão da ausência de histórico de rentabilidade e das incertezas envolvendo o ramo de atividade da Companhia, a Administração optou conservadoramente por não constituir provisão para os mesmos, os quais estão sendo reconhecidos à medida que são compensados.¹

Conforme mencionado na nota explicativa 12, em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui um saldo de R\$ 406.530 referente ao imposto de renda diferido decorrente do ágio na aquisição da HRT Canadá, devido a não dedutibilidade do mesmo para fins de legislação Canadense. O recolhimento deste imposto está condicionado a realização dos ativos intangíveis das subsidiarias da HRT Canada na Namíbia.

¹ No período findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia compensou R\$ 28.220 de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social

A Companhia foi constituída com capital de R\$ 1.000,00 (mil reais), representativo de 10.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e com o capital autorizado de R\$ 5.000.000.

Foram realizados aumentos de capital mediante a emissão de ações da mesma espécie, conforme demonstrado a seguir:

Datas	Valor	Nº de ações (a)	
2009			
Subscrição inicial	1	10.000	
Subscrições subsequentes	307	139.500	
Colocação privada (PPM)	3.412	1.955.260	
Integralização de quotas da IPEX	1.000	445.000	
2010			
Incorporação da BN 31 Ltda.		7.300	
Oferta Pública Inicial	2.474.746	2.062.289	
(-) Custo de emissão de ações - OPA	(130.857)	-	
2011			
Integralização de warrants	194.286	527.293	
Integralização de opção de ações	57	57.030	
Aquisição da UNX	1.272.521	652.575	
(-) Custo de emissão de ações - UNX	(5.951)	-	
capital social total em 31 de dezembro de 2011	3.809.535	5.856.247	

⁽a) O número de ações já considera o desdobramento à razão de 1/10.

Aquisição da HRT Canadá

Em 29 de abril de 2011, foi aprovado novo aumento do capital social da Companhia dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$ 1.272.521.250,00 (um bilhão, duzentos e setenta e dois milhões quinhentos e vinte e um mil e duzentos e cinquenta reais), o qual passou de R\$ 2.503.519.771,03 (dois bilhões, quinhentos e três milhões, quinhentos e dezenove mil, setecentos e setenta e um reais e três centavos) para R\$ 3.776.041.021,03 (três bilhões, setecentos e setenta e seis milhões, quarenta e um mil e vinte e um reais e três centavos), mediante emissão de 652.575 ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido--Continuação

20.1. Capital social--Continuação

Gastos de colocação

O custo de emissão das ações foi contabilizado em conta redutora do capital social no período, como gastos com emissão de ações, líquido dos seus efeitos fiscais, conforme demonstrado abaixo:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Comissões e corretagem	9.220	119.689
Honorários advocatícios	3.720	2.344
Consultoria	255	7.015
Outros	174	1.809
(-) Reembolsos	(7.418)	-
	5.951	130.857

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido--Continuação

20.2. Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2011, a posição de ações em tesouraria era nula.

20.3. Remuneração com base em participação acionária

A Companhia aprovou em 14 de maio de 2010, o Primeiro Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações (*Stock Options*), no total de 10.342 ações, a serem distribuídas aos empregados. A partir de 17 de julho de 2010, começaram a ser efetivadas as outorgas de opções, ao preço de R\$ 1,00 (um real) cada.

Conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 10 (*IFRS* 2) - Pagamentos baseados em ações, o valor justo do instrumento patrimonial foi mensurado na data da outorga das opções, utilizando o modelo de precificação *Black-Scholes Merton* baseado nas seguintes premissas:

Total de opções concedidas (a)	10.342
Preço por ação (em reais)	R\$ 10,00
Valor justo da opção na data da outorga (em reais)	R\$ 2.890,23
Volatilidade média estimada do preço por ação	37,47%
Taxa média de retorno livre de risco	9,12%
Duração da opção	3 anos

(a) Quantidade de ações antes do desdobramento à razão de 1/10

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido--Continuação

20.3. Remuneração com base em participação acionária--Continuação

Em 31 de dezembro de 2011, a Administração registrou a despesa relativa ao plano de opções na rubrica 'despesas de pessoal' no resultado do exercício, em contrapartida a uma conta específica do patrimônio líquido ('Ajuste de avaliação patrimonial - Remuneração com base em participação acionária') no montante de R\$ 9.589 (R\$ 16.046 em 2010). Este valor foi apurado levando-se em consideração a diferença entre o valor justo das ações e o seu preço, calculada pelo método *pró-rata temporis* entre o período transcorrido desde a data da outorga até a data da apresentação das demonstrações financeiras exercidas.

Em 31 de dezembro de 2011, levando-se em consideração as premissas do programa, já foram emitidas e exercidas 57.030 ações, que representam 88% de um total de 65.171 opções exercíveis.

Em 27 de abril de 2011, em Assembléia Geral de Acionistas os planos de incentivo de longo prazo foram aprovados com o objetivo de (i) atrair e reter colaboradores chaves da Companhia e suas subsidiárias e (ii) premiar colaboradores em função de seus respectivos desempenhos. Os planos permitem o pagamento dos bônus em moeda corrente e/ou ações.

A distribuição de ações aos colaboradores nos dois planos não pode exceder, a qualquer momento, o limite de 5% do total de ações em circulação.

Os programas foram propostos pelo Conselho de Administração, assessorados pelo Comitê de Compensação e Remuneração e serão administrados e implementados pela Diretoria Executiva da Companhia.

Os bônus de atração/retenção estarão sujeitos a um período de aquisição (vesting period) de 3 anos, podendo ser estendido em até 5 anos. No caso da distribuição de bônus de desempenho, por envolver a outorga de ações restritas (restricted shares), há a necessidade de aprovação pela CVM, já formalmente solicitada.

Caso o conceito não seja aprovado por aquela Autarquia, as ações envolvidas serão outorgadas sob a forma de *stock options*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido--Continuação

20.4. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (*IAS* 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636, de 06 de agosto de 2010 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os períodos sociais findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

O cálculo básico do prejuízo por ação é feito através da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado através da divisão do prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

Apuração do resultado básico por ação	31/12/2011	31/12/2010	
Numerador Prejuízo do período atribuído aos acionistas da Companhia	(304.035)	(142.370)	
Denominador (em milhares de ações) Média ponderada de número de ações ordinárias	5.370.442	653.873	
Resultado básico por ação	(0,056)	(0,218)	
Apuração do resultado diluído por ação	31/12/2011	31/12/2010	
Numerador Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	(304.035)	(142.370)	
Denominador (em milhares de ações) Média ponderada de número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	5.832.108	844.008	
Resultado diluído por ação	(0,052)	(0,169)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Transações com partes relacionadas

Contratos entre partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2011 os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

		Valor Contratado	
Partes relacionadas	Natureza do Contrato	(milhares de USD)	Vigência
HRT O&G e HRTN	Aluguel de Aeronaves	10.789	24 meses

Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

As controladas IPEX e Air Amazônia possuem adiantamentos para futuro aumento de capital nos montantes de R\$ 6.400 e R\$ 4.365, respectivamente.

Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores da Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2011, foi de R\$ 7.378 (R\$ 16.919 em 2010).

Além disso, a Companhia reconheceu, conforme normas contábeis em vigor, despesa no valor de R\$ 2.169 (R\$ 20.982 em 2010) a título de remuneração baseada em ações, concedida ao amparo do programa mencionado na nota explicativa 20.3.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Compromissos e garantias

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas possuem diversos contratos com fornecedores para a atividade de Exploração, que em sua maioria são do tipo "guarda-chuva" e envolvem prestação de serviços, materiais e equipamentos com vencimentos diversos, sendo o último em 2014, abrangendo, principalmente, a locação e operação de sondas, serviços de perfuração, fornecimento de combustível, sísmicas, entre outros.

A HRTOG comprometeu-se a custear os investimentos no âmbito do programa exploratório do consorcio Solimões sem a participação proporcional da Petra, no montante total de desembolsos equivalente a US\$ 125 milhões. Em 31 de dezembro de 2011, a totalidade dos recursos já haviam sidos utilizados.

Dos 21 blocos sob concessão na Bacia de Solimões, 19 encontram-se no segundo período exploratório com compromisso mínimo de perfuração de 1 poço por bloco, até o horizonte lito-estratigráfico formação Juruá e 2 blocos encontram-se no primeiro período exploratório e possuem o compromisso mínimo de aquisição de dados sísmicos e levantamento aerogeofísico, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Blocos	Período Exploratório	Término em	Programa Exploratório Mínimo	Atividade Realizada	Observação
SOL-T-169	2º. Período	12/01/2012	1 poço	Poço 1-HRT-169/01	Pedido para extensão do período da 2ª. Fase exploratória protocolada na ANP.
SOL-T-168 / SOL-T-170 / SOL-T-191	2º. Período	19/03/2012	1 poço por bloco	Poço 1-HRT-168/01 Poço 1-HRT-170/01	Pedido para extensão do período da 2ª. Fase exploratória protocolada na ANP.
SOL-T-148 / SOL-T-149 / SOL-T-172 / SOL-T-194 / SOL-T-195	2º. Período	04/05/2012	1 poço por bloco	Poço 1-HRT-194/01	Pedido para extensão do período da 2ª. Fase exploratória protocolada na ANP.
SOL-T-151 / SOL-T-174 / SOL-T-192 / SOL-T-197 / SOL-T-214 / SOL-T-215 / SOL-T-216 / SOL-T-217	2º. Período	03/03/2013	1 poço por bloco	Não houve.	-
SOL-T-196 / SOL-T-218	2º. Período	03/03/2013	1 poço por bloco	Não houve.	-
SOL-T-219 / SOL-T-220	1º. Período	03/03/2013	Aquisição de dados sísmicos Levantamento aerogeofísico	Aquisição de dados sísmicos	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Compromissos e garantias - Continuação

Em relação ao programa exploratório mínimo das licenças da Namíbia, temos os seguintes compromissos assumidos:

PEL	Período Exploratório	Término em	Programa Exploratório Mínimo	Atividade Realizada
022	40 Davíada	Catarah na /2012	USD 3,1MM	Aquisição de 1.137
(blocos 2815, 2816 e 2915)	1º. Período	Setembro/2013	1.500 Km sísmica 2D e 400 Km ² sísmica 3D	km² de sísmica 3D
023			USD 2,0MM	Aquisição de 5.359
(blocos 2112B e	1º. Período	Junho/2013	200 Km2 sísmica 3D	km² de sísmica 3D
2212ª)				
024			USD 1,1MM	Aquisição de
(blocos 2713A e	1º. Período	Agosto/2012	1.000 Km sísmica 2D ou	819,5 km² de
2713B)			400 Km ² sísmica 3D	sísmica 3D
028			USD 8,5MM	Aquisição de
(blocos 2813A,	1º. Período	Maio/2014	2.000 Km sísmica 2D ou	756,5 km² de
2814B e 2914A)			500 Km ² sísmica 3D	sísmica 3D

Nos termos do *Participation Agreement* assinado com a HRT Canadá e a Acarus, em 01 de dezembro de 2010, temos o compromisso de arcar com 50% dos custos das operações de exploração e avaliação nos blocos 2813A, 2814B e 2914A, localizados no *offshore* da Namíbia.

23. Despesa de pessoal

Em 31 de dezembro de 2011, do total de despesa de pessoal 72% corresponde a alocação de pessoal no projeto Solimões (34% em 31 de dezembro de 2010), 13% alocado ao projeto dos ativos na Namíbia (2% em 31 de dezembro de 2010) e os 15% remanescentes referem-se a alocação de pessoal em projetos corporativos (64% em 31 de dezembro de 2010).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Informações por segmento

As informações por área de negócios (segmento operacional) estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 (*IFRS* 8) - Informações por Segmento. As operações da Companhia estão segmentadas da seguinte forma:

- a) Exploração e Produção: compreende as atividades de exploração e produção de petróleo e derivados com objetivo de comercialização no Brasil e no exterior;
- b) Geologia e Geofísica: compreende os serviços de geologia e geofísica; e
- c) Administração e outros: compreende basicamente o escritório central da Companhia.

A Administração monitora, separadamente, os resultados operacionais das unidades de negócio para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. Os segmentos são avaliados com base nos lucros ou prejuízos operacionais que, em alguns casos, conforme demonstrado na tabela abaixo, são medidos de forma diferente do lucro ou prejuízo operacional nas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Informações por segmento--Continuação

			31/12/2011					31/12/2010		
	Exploração e produção	Geologia e geofísica	Administração e outros	Ajustes e eliminações	Consolidado	Exploração e produção	Geologia e geofísica	Administração e outros	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receitas externas líquidas		9.937	_		9.937	-	15.593	_	-	15.593
Receitas intersegmento líquidas		803	8.469	(9.272)	-	-	11.684	_	(11.684)	_
Receita líquida	_	10.740	8.469-	(9.272)	9.937	-	27.277	-	(11.684)	15.593
Custos das vendas		(9.429)	(8.045)	8.045	(9.429)	-	(14.418)	-		(14.418)
Lucro bruto		1.311	424-	(1.227)	508	-	12.859	-	(11.684)	1.175
Despesas de geologia e geofísica	(229.432)	-	-	803	(228.629)	(24.428)	-	-	4.924	(19.504)
Despesas com pessoal	(113.575)	(3.490)	(28.363)	-	(145.428)	(32.095)	(3.413)	(92.703)	1	(128.210)
Despesas gerais e administrativas	(54.082)	(705)	(8.181)	8.405	(54.563)	(10.146)	(1.410)	(4.048)	(175)	(15.779)
Despesas com serviços de terceiros	(34.046)	(1.216)	(11.574)	(3.049)	(49.885)	(14.741)	(6.071)	(9.225)	6.761	(23.276)
Impostos e taxas	(9.766)	(810)	(806)	-	(11.382)	(569)	(3.610)	(192)	-	(4.371)
Despesa de depreciação	(10.662)	(1.122)	(675)	(4.995)	(17.454)	(853)	(1.036)	(4)	(1)	(1.894)
Resultado financeiro líquido	79.502	110	146.739	(273)	226.078	16.064	(713)	37.147	-	52.498
Outras despesas operacionais	(268)	(70)	-	274	(64)	1.091	(4.359)	259	-	(3.009)
Resultado antes dos tributos	(372.329)	(5.992)	97.564	(62)	280.819	(65.677)	(7.753)	(68.766)	(174)	(142.370)
			31/12/2011					31/12/2010		
Ativos operacionais Passivos operacionais Investimento em coligadas	2.658.458 (1.106.693) 121.385	8.504 (2.495) -	1.011.012 (409.184) 3.262.439	1.712.117 - (3.383.824)	5.390.091 (1.518.372) -	493.401 (10.148) 8.777	8.995 (4.057)	2.193.256 (20.990) 555.771	- (564.548)	2.695.652 (35.195)

^{1.} Receitas intersegmentos são eliminadas por ocasião da consolidação.

^{2.} As informações por segmento consideram o resultado antes da provisão para IRPJ e CSLL.

Os ativo s e passivos operacionais dos segmentos não incluem saldos intersegmentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Informações por segmento--Continuação

Informações geográficas

	Exploração e produção	Geologia e geofísica	Administração e outros	Consolidado
Ativo circulante Brasil Exterior	1.799.480 62.509	3.504 -	1.010.046 -	2.813.030 62.509
Ativo não circulante Brasil Exterior	597.157 1.911.429	5.000 -	966 -	603.123 1.911.429

31/12/2010

	Exploração e produção	Geologia e geofísica	Adminitração e outros	Consolidado
Ativo circulante				
Brasil	296.187	3.858	2.392.081	2.692.126
Exterior	-	-	20.506	20.506
Ativo não circulante				
Brasil	183.437	5.138	83	188.658
Exterior	13.776	-	47.074	60.850

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da HRT referem-se a contas a pagar a fornecedores de bens e serviços a serem utilizados na campanha exploratória da Companhia, bem como a contratos de garantia financeira. Por outro lado, mantém no ativo, disponibilidades financeiras, conforme descrito nas notas explicativas 5 e 6.

A Companhia está exposta a riscos de mercado (taxas de juros e cambio), crédito, liquidez e ambiental. A alta administração da Companhia efetua a gestão desses riscos através da prática de políticas e procedimentos apropriados. Todas as atividades com derivativos são efetuadas com a finalidade de gestão de risco e realizadas por equipes especializadas com habilidades, experiência e supervisão apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Compete ao Conselho de Administração revisar e estabelecer políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais estão resumidos abaixo.

Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do efeito da oscilação dos valores de mercado de instrumentos financeiros. Por ser formado por empresas não financeiras, o Grupo adota uma política conservadora baseada na administração de suas posições ativas e passivas, focando a liquidez e a mitigação de risco.

Risco de taxa de juros

A aplicação de recursos disponíveis é efetuada em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, em moeda nacional, a taxas pós-fixadas, em sua maioria com liquidez diária, respeitando limites de concentração prudenciais.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, no lucro e no patrimônio do Grupo, antes da tributação, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Aumonto/roducão

Sensibilidade a taxas de juros--Continuação

	Aumento/redução	Efeito no lucro antes	
Consolidado	em pontos percentuais	da tributação	
31 de dezembro de 2011			
Reais	12%	17.215	
Dólares americanos	12%	9.178	
Reais	(12%)	(17.215)	
Dólares americanos	(12%)	(9.178)	
31 de dezembro de 2010			
Reais	12%	25.961	
Dólares americanos	12%	15.581	
Reais	(12%)	(25.961)	
Dólares americanos	(12%)	(15.581)	
	Aumento/redução	Efeito no lucro antes	
Controladora	Aumento/redução em pontos percentuais	Efeito no lucro antes da tributação	
Controladora 31 de dezembro de 2011			
31 de dezembro de 2011	em pontos percentuais	da tributação	
31 de dezembro de 2011 Reais		da tributação 11.696	
31 de dezembro de 2011	em pontos percentuais 12% 12%	da tributação 11.696 6.381	
31 de dezembro de 2011 Reais Dólares americanos	em pontos percentuais 12%	da tributação 11.696	
31 de dezembro de 2011 Reais Dólares americanos Reais	em pontos percentuais 12% 12% (12%)	da tributação 11.696 6.381 (11.969)	
31 de dezembro de 2011 Reais Dólares americanos Reais Dólares americanos 31 de dezembro de 2010	12% 12% (12%) (12%)	da tributação 11.696 6.381 (11.969) (6.381)	
31 de dezembro de 2011 Reais Dólares americanos Reais Dólares americanos 31 de dezembro de 2010 Reais	12% 12% (12%) (12%) (12%)	da tributação 11.696 6.381 (11.969) (6.381)	
31 de dezembro de 2011 Reais Dólares americanos Reais Dólares americanos 31 de dezembro de 2010 Reais Dólares americanos	12% 12% (12%) (12%) (12%)	da tributação 11.696 6.381 (11.969) (6.381) 22.102 13.265	
31 de dezembro de 2011 Reais Dólares americanos Reais Dólares americanos 31 de dezembro de 2010 Reais	12% 12% (12%) (12%) (12%)	da tributação 11.696 6.381 (11.969) (6.381)	

A movimentação presumida, em pontos base para a análise de sensibilidade a alterações nas taxas de juros, é baseada nas taxas atualmente praticadas no mercado e disponibilizadas pela BM&FBOVESPA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de câmbio

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais da Companhia e aos investimentos líquidos em controladas no exterior.

Para proteção de obrigações em moeda estrangeira previstos em nosso plano de investimentos, a Companhia detém, em 31 de dezembro de 2011, operações de derivativos, através da aquisição de dólar americano a termo (*Non Delivery Forward -NDF*), no valor de USD 118.000 mil e vencimentos mensais compatíveis com as necessidades de caixa contratados nos próximos doze meses.

Até 31 de dezembro de 2011 esses contratos representam um saldo ativo de R\$ 10.149 (em 31 de dezembro de 2010 o saldo era de R\$12.969 passivo).

Sensibilidade a taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de cambio e seu impacto no lucro e no patrimônio da Companhia, antes da tributação.

	Efeito no lucro			
Consolidado	Variação na taxa do US\$	antes da tributação	Efeito no patrimônio	
31 de dezembro de 2011				
Desfavorável	15%	11.987	42.325	
Favorável	(15%)	(11.987)	(42.325)	
Desfavorável	25%	19.978	70.542	
Favorável	(25%)	(19.978)	(70.542)	
31 de dezembro de 2010				
Desfavorável	15%	23.915	26.481	
Favorável	(15%)	(23.915)	(26.481)	
Desfavorável	25%	39.859	`44.134 [´]	
Favorável	(25%)	(39.859)	(44.134)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Sensibilidade a taxa de câmbio--Continuação

Controladora 31 de dezembro de 2011	Variação na taxa do US\$	Efeito no lucro antes da tributação	Efeito no patrimônio	
Desfavorável Favorável Desfavorável Favorável	15% 11.987 (15%) (11.987) 25% 19.978 (25%) (19.978)		42.325 (42.325) 70.542 (70.542)	
31 de dezembro de 2010				
Desfavorável Favorável Desfavorável Favorável	15% (15%) 25% (25%)	20.861 (20.861) 31.988 (31.988)	20.861 (20.861) 31.988 (31.988)	

Operações com derivativos - hedge

As operações de derivativos contratadas pela Companhia têm como objetivo proteger do risco de variação cambial sobre os direitos e obrigações denominados em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2011, as operações de *hedge* contratadas pela Companhia foram realizadas em consonância com os compromissos em moeda estrangeira assumidos pelo Grupo para os próximos 12 meses. Estas operações foram estruturadas através da realização de contratos chamados *Non Delivery Forward* (*NDF*'s) (conforme demonstrado na tabela a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Operações com derivativos - hedge

Data vencimento	Valor (USD)
25/01/2012	25.000.000
27/01/2012	8.000.000
15/02/2012	5.000.000
24/02/2012	20.000.000
15/03/2012	5.000.000
23/03/2012	5.000.000
16/04/2012	5.000.000
15/05/2012	5.000.000
29/06/2012	20.000.000
31/08/2012	10.000.000
31/10/2012	10.000.000
Total Hedge contratado em 31/12/2011	118.000.000
Valores vincendos contratados em moeda estrangeira até dez/2012	117.505.029

Risco de crédito

É o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que pode levar a um prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e depósitos em bancos e/ou instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. Para mitigar tais riscos, o Grupo adota uma administração conservadora ao realizar aplicações, em sua maioria, com liquidez diária e taxas pósfixadas, em bancos de primeira linha, levando-se em consideração as notações das principais agências de risco e respeitando limites prudenciais de concentração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco implica manter caixa compatível com as necessidades de desembolso para cobrir as obrigações, em consonância com o plano de negócios da Companhia.

Consolidado

	Imediato	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 Anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2011						
Ativo						
Caixa e equivalente caixa	57.002	-	_	_	_	57.002
Títulos e valores mobiliários	403.237	-	1.030.940	-	-	1.434.177
Clientes	_	1.382	-	-	-	1.382
Tributos a recuperar	_	-	34.706	-	-	34.706
Adiantamento de fornecedores	-	-	29.816	-	-	29.816
Despesas antecipadas	-	-	8.392	-	-	8.392
Operações com derivativos	-	-	10.149	-	-	10.149
Outros créditos	-	-	584	-	-	584
Ativo mantido para a venda	-	-	1.296.128	-	-	1.296.128
Passivo						
Fornecedores e outros	-	(54.342)	-	-	-	(54.342)
Obrigações trabalhistas	-	(9.569)	-	-	-	(9.569)
Tributos e contribuições sociais	-	(13.688)	-	-	-	(13.688)
IR & CS	(555)	-	-	-	-	(555)
Contas a pagar Petra	-	-	(515.470)	(515.470)	-	(1.030.940)
Outras obrigações		(1.734)	-	-	-	(1.734)
	459.684	(77.951)	1.895.245	(515.470)		1.761.508
Em 31 de dezembro de 2010						
Ativo						
Caixa e equivalente caixa	20.850	-	-	-	-	20.850
Títulos e valores mobiliários	2.405.724	-	-	-	-	2.405.724
Clientes	-	1.944	-	-	-	1.944
Tributos a recuperar	-	-	7.507	-	-	7.507
Adiantamento de fornecedores	-	-	7.221	-	-	7.221
Despesas antecipadas	-	-	2.137	-	-	2.137
Outros créditos	-		761	-	-	761
Passivo	-		-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	_	(350)	_	_	_	(350)
Operações com derivativos	_	(12.969)	_	_	_	(12.969)
Fornecedores e outros	_	(7.876)	_	_	_	(7.876)
Obrigações trabalhistas	(3.202)	-	-	-	-	(3.202)
Tributos e contribuições sociais	` -	-	(3.698)	-	-	(3.698)
Contas a pagar IPO	-	-	(7.077)	-	-	(7.077)
Outras obrigações	-	-	(23)	-	-	(23)
• ,	2.423.372	(19.251)	6.828	-	-	2.410.949

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de liquidez--Continuação

Controladora

	Imediato	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011						
Ativo						
Caixa e equivalente caixa	18	-	-	-	-	18
Títulos e valores mobiliários	341.708	-	655.719	-	-	997.427
Tributos a recuperar	-	-	12.377	-	-	12.377
Adiantamento a fornecedores	-	-	97	-	-	97
Despesas antecipadas	-	-	93	-	-	93
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	34	-	-	34
Passivo						
Fornecedores e outros	(9)	-	-	-	-	(9)
Obrigações trabalhistas	(902)	-	-	-	-	(902)
Tributos e contribuições sociais	(892)	-	-	-	-	(892)
Contas a pagar IPO		-	-	-	-	` ,
IR & CS	(555)	-	-	-	-	(555)
Outras obrigações	(303)	-	-	-	-	(303)
.	339.065	-	668.320	-	-	1.007.385
Exercício findo em 31 de dezembro de 2010						
Ativo						
Caixa e equivalente caixa	104	-	-	-	-	104
Títulos e valores mobiliários	2.121.274	-	-	-	-	2.121.274
Clientes	-	-	-	-	-	-
Tributos a recuperar	-	-	4.192	-	-	4.192
Adiantamento a fornecedores	-	-	10	-	-	10
Despesas antecipadas	-	-	14	-	-	14
Outros	-	-	-	-	-	-
Passivo	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	
Operações com derivativos	-	(12.969)	-	-	_	(12.969)
Fornecedores e outros	_	(121)	-	-	_	(121)
Obrigações trabalhistas	(191)	-	-	-	_	(191)
Tributos e contribuições sociais	-	-	(599)	-	_	(599)
Gastos com emissão de ações	_	-	(7.077)	-	_	(7.077)
Outras obrigações	_	-	(33)	-	_	(33)
. 3	2.121.187	(13.090)	(3.493)	_	_	2.104.604

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de liquidez--Continuação

Contas a receber

A Companhia encontra-se ainda em fase pré-operacional, portanto, o saldo de contas a receber, em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 1.382 (R\$ 1.944 em 2010), refere-se basicamente à prestação de serviços da sua controlada IPEX.

26. Risco ambiental

A Companhia possui um programa sócio-ambiental abrangente, amparado por sistema de gestão de saúde, segurança e meio ambiente (SMS), compatível com a sensibilidade dos ecossistemas da bacia do Solimões, que inclui áreas de biodiversidade e de culturas tradicionais.

Para administrar o programa, foi criada uma gerência de assuntos ambientais, para orientar e acompanhar os trabalhos, em consonância com as normas regional e federal de meio ambiente.

27. Seguros

A Companhia adota a política de contratar coberturas de seguros para os bens sujeitos a riscos.

Com efeito, possui, em conjunto com as demais empresas do Grupo, coberturas contra os principais riscos, tais como danos materiais, bens do ativo fixo e *D&O* - com cobertura "A" (indenização em nome dos Administradores), "B" (reembolso à sociedade) e "C" (extensão de cobertura da Companhia para reclamações diretamente relacionadas com o mercado de capitais).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Seguros--Continuação

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2011 cobrem a importância de R\$ 514.843 e o valor total do prêmio é de R\$ 10.617. A seguir demonstramos os principais ativos ou interesses cobertos e seus respectivos montantes:

Seguros/modalidade	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil dos administradores - D&O	133.680
Incêndio, raio, explosão e implosão	23.276
Aeronaves - cascos	117.166
Transporte	8.500
Riscos de petróleo	215.625
Responsabilidade civil geral	13.460
Veículos	757
Residencial	2.379
Total segurado	514.843

Dentre as principais coberturas previstas no seguro de responsabilidade civil dos administradores - *D&O*, estão a indisponibilidade de bens e penhora *online*, multas e penalidades civis, responsabilidades estatutárias, despesas de publicidade, responsabilidade por erros e omissões na prestação de serviços profissionais, danos corporais, reclamações do tomador contra o segurado e de segurado contra segurado. Também, reclamações por danos ambientais, responsabilidade do cônjuge ou companheiro em união estável, custos de extradição, espólio, herdeiros, sucessores e representantes legais, administradores de entidades externas, despesas emergenciais, custos de defesa para administradores atuando como fiéis depositários e avalistas e inabilitação do exercício da função de administrador.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui o valor de R\$ 242.325 em seguros garantia prestadas à ANP, contratadas com a J.Maluccelli para garantir a passagem para o segundo período de exploração dos blocos localizados na bacia do Solimões.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Contingências

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui os seguintes processos judiciais:

- (i) Ação ajuizada por pessoas físicas pleiteando o valor de R\$ 475 correspondentes a aluguéis e multas do contrato assinado entre a controlada HRTOG com os proprietários do imóvel situado no Rio Sul (Av. Lauro Muller 116) celebrado em janeiro de 2011.
- (ii) Ação ajuizada por Chibatão Navegação e Comércio Ltda. relativo ao contrato de locação com a HRTOG no qual alega o não cumprimento do direito de preferência previsto. Solicita indenização no valor de R\$ 480.
- (iii) Ação ajuizada por SEP Serviços de Energia e Petróleo Ltda. pleiteando o pagamento de danos materiais no valor de R\$ 91,5 e danos morais em quantia a ser arbitrada pelo Juízo, por cancelamento de tratativas para celebração de um Contrato.

Com base na opinião dos consultores jurídicos - que atribuem às causas risco de perda possível - não foi constituída provisão para contingências, conforme preconiza as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

Nas informações trimestrais do período findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia informou sobre um pedido de instalação de um processo de arbitragem da Petra contra a HRT na Câmara de Comércio Internacional, com sede em Paris que seria constituído até 31 de outubro de 2011. O Settlement Agreement and Release de 07 de dezembro de 2011, assinado entre as partes, conforme informado na nota explicativa 15, prevê a extinção desse processo de arbitragem.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Eventos subsequentes - Continuação

Em 27 de janeiro de 2012 HRTOG apresentou na ANP o pedido de transferência dos 45% dos 21 blocos na Bacia do Solimões para a subsidiaria brasileira da TNK-BP, TNK-Brasil Exploração e Produção de Óleo e Gás Natural Ltda. ("TNK-Brasil").

A fim de concluir a aquisição de 45% dos direitos de exploração dos 21 blocos na Bacia do Solimões, a TNK-Brasil apresentou à HRTOG carta de crédito no valor de um bilhão de dólares americanos, a ser pago em cinco parcelas em um período de dois anos, de acordo com o *Farm-In Agreement* ("*FIA*") assinado pelas partes em 31 de outubro de 2011.

A HRTOG e TNK-Brasil também assinaram o *First Amendment* do *FIA*, no qual a HRTOG assumirá os custos incorridos na Bacia do Solimões em 2011, bem como carregará a TNK-Brasil nos primeiros 175 milhões de dólares americanos dos investimentos da campanha exploratória a partir de janeiro de 2012.

Em contrapartida, a TNK-Brasil pagará até 250 milhões de dólares americanos a HRTOG quando cinco metas de desempenho forem atingidas (os pagamentos serão devidos à HRTOG uma vez individualmente atingidas cada uma das metas de desempenho), que são: (i) realização de um teste de longa duração, (ii) produção acumulada de 2,5 milhões de barris de líquidos, (iii) monetização de 500 mil metros cúbicos de gás por dia por meio de um ou mais contratos de fornecimento de gás, (iv) compartilhamento de infraestrutura, e (v) certificação de 500 milhões de barris de líquidos em reservas 2P.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia foi constituída em 23 de outubro de 2008 sob a denominação de BN 16 Participações Ltda. e não manteve qualquer operação até a sua transformação para HRT Participações em Petróleo S.A. ("Companhia" ou "HRT") em 17 de julho de 2009. Mantém sua sede na cidade do Rio de Janeiro, tendo como objeto social a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, independente de suas atividades, nacionais ou estrangeiras, constituídas sob qualquer tipo societário.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui controle integral das seguintes sociedades:

Integrated Petroleum Expertise Company Serviços em Petróleo Ltda. (IPEX)

A controlada foi constituída em 31 de julho de 2004 sob a denominação de High Resolution Technology & Petroleum Ltda., para atuar na prestação de serviços de pesquisas geofísicas e geológicas, dentro da atividade de exploração de petróleo no Brasil. Em 2009, a razão social da controlada foi alterada para Integrated Petroleum Expertise Company - Serviços em Petróleo Ltda.

Em 30 de junho de 2009, através de um acordo denominado *Farm-Out Agreement (FOA)*, a controlada adquiriu 51% dos direitos exploratórios em 21 blocos localizados na bacia do Solimões, posteriormente cedidos a sua coligada HRTOG Exploração e Produção de Petróleo Ltda. (HRTOG).

Em 22 de dezembro de 2009, a Agencia Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP") aprovou tanto a cessão dos direitos exploratórios nos referidos blocos bem como a designação da HRTOG para ser a operadora dos mesmos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

► HRT O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda. (HRTOG)

A controlada foi constituída em 20 de julho de 2009, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tendo como objeto social: (i) a exploração, o desenvolvimento e a produção de petróleo e gás natural; (ii) a importação, exportação, refino, comercialização e distribuição de petróleo, gás natural, combustível e produtos derivados de petróleo; (iii) a geração, comercialização e distribuição de energia elétrica; e (iv) a participação em outras sociedades.

A HRTOG detém atualmente 100% dos direitos de exploração em dois Consórcios (BT-SOL 4 e BT-SOL 4A) compreendendo um total de vinte e um blocos da Bacia de Solimões, e 40% de três blocos (PEL 0028) na Bacia de Orange, localizados na Namíbia.

Em 2011 a controlada foi qualificada pela ANP, também, como "Operadora "B", ou seja, está autorizada a atuar tanto em blocos *onshore* (*operadora "A"*) quanto em *offshore*, neste caso, até 400 metros de profundidade.

► HRT Netherlands B.V. (HRTN)

A controlada foi constituída em 15 de junho de 2010, com sede em Amsterdam, na Holanda, tendo como objeto social atividades relacionadas a petróleo e gás, exportação e importação, operações de *leasing* e participação em sociedades, dentre outras.

Em setembro de 2011, a HRTN assinou com a Sichuan Honghua Petroleum Equipment Co. Ltd., representada pela Andrews Technologies Inc. a aquisição de quatro sondas helitransportáveis, pelo valor de aproximadamente US\$ 52.000 mil, já tendo sido efetuado adiantamentos no total de R\$ 52.986 (correspondente a 55% do total), com previsão de entrega no primeiro trimestre de 2012. Estas sondas futuramente serão arrendadas à HRTOG.

Em 31 de dezembro de 2011, a HRTN detém doze aeronaves, as quais foram arrendadas à HRTOG e se encontram operando no Brasil, no consórcio Solimões.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

HRT America Inc (HRTA)

Em 04 de março de 2011, foi constituída a HRT America Inc. (HRTA), incorporada sob as leis do estado de Delaware e com instalações em Houston (EUA). O objeto social da controlada consiste na exploração, desenvolvimento e produção de óleo, gás natural, geração de energia elétrica e à aquisição de companhias, dentre outras atividades.

A controlada foi constituída basicamente para prestar serviços de geologia e geofísica para as coligadas, inicialmente para a HRTAF e a HRTOG.

► HRT Africa (HRTAF)

A controlada, inicialmente denominada Labrea Petroleo S.A. teve a alteração de sua denominação social para HRT Africa, aprovada em 30 de março de 2011 pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e tem como objetivo social: (i) a exploração, o desenvolvimento e a produção de petróleo e gás natural; (ii) a importação, exportação, refino, comercialização e distribuição de petróleo, gás natural, combustível e produtos derivados de petróleo; (iii) a geração, comercialização e distribuição de energia elétrica; e (iv) a participação em outras sociedades.

Em 17 de junho de 2011 foi constituída a filial da HRT África na Namíbia.

A HRTAF possui a totalidade dos direitos exploratórios no PEL 023, que correspondem aos blocos *offshore* 2112B e 2212A, localizados na bacia sedimentar de Walvis, na República da Namíbia.

A controlada possui, ainda, 10% de participação nos direitos exploratórios em 1 bloco na bacia do Recôncavo (REC-T-158), 1 bloco na bacia do Espírito Santo (ES-T-400) e 1 bloco na bacia do Rio do Peixe (RIOP-T-75), todos terrestres e localizados ao longo do litoral leste do Brasil, operados pela Cowan Petróleo e Gas S.A. Conforme decisão conjunta consignada em ata de reunião do Comitê operacional do Consórcio, de 19 de abril de 2011, foi encaminhado a ANP o pedido de devolução do bloco REC-T-240, e em 31 de dezembro de 2011 ainda não havia sido aprovado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

► HRT Africa (HRTAF)--Continuação

Em 22 de junho de 2011, foi aprovado o Protocolo de Incorporação Reversa e Justificação da Ranger pela HRT África Petróleo S.A., com sede no Brasil e filial na Namíbia, passando desta forma a HRTAF ser subsidiaria direta da HRTP e HRTOG.

Em 20 de julho de 2011 foi celebrado um "Share Purchase Agreement" entre HRTAF e a Vienna Investments Limited para aquisição da participação da Vienna nas empresas Limpet Investments (50%), Harmony Energy Ltd (50%) e Acarus Investments Ltd (56%). A operação foi concretizada em 18 de agosto de 2011, pelo valor de USD 30.000 mil.

As empresas adquiridas indiretamente através da Vienna detêm participação nos PEL 022 (blocos 2815, 2816 e 2915), PEL 024 (blocos 2713A e 2713B), PEL 017 (blocos 1711A e 1711B) e PEL 028 (blocos 2813A, 2814A e 2914A).

HRT Canada Inc - HRTC (Ex- UNX Energy Corp)

Em 24 de fevereiro de 2011, a Companhia celebrou acordo para adquirir 100% das ações da *UNX Energy Corp.* (*UNX*), sociedade canadense com ações listadas na Bolsa de Valores de Toronto. Em 29 de abril de 2011, a aquisição da *UNX* foi concluída. O valor da transação foi de R\$ 1.272.521, pagos mediante emissão de *Global Depositary Shares* (GDS) lastreadas por 652.575 ações, emitidas pela HRTP. Na mesma oportunidade foi aprovado o fechamento do capital da controlada

Em 07 de julho de 2011, foi aprovada a nova denominação social da *UNX*, que passou a chamar-se HRT Canada Inc (HRTC). A subsidiária tem sede no estado de Alberta, no Canadá e tem como objeto social a exploração, o desenvolvimento e a produção de petróleo e gás natural.

A HRTC possui direta e indiretamente seis subsidiarias, sendo cinco namibianas e uma em BVI, através das quais detém direitos de exploração nas licenças PEL 022 (blocos 2815, 2816 e 2915), PEL 024 (blocos 2713A e 2713B), PEL 028 (blocos 2813A, 2814A e 2914A) e PEL 017 (blocos 1711A e 1711B), todas localizadas na República da Namíbia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Air Amazonia Serviços Aéreos Ltda. (AA)

Em 18 de março de 2011, a HRTP procedeu ao registro da Air Amazônia Serviços Aéreos Ltda. na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (à época denominada BN 47 Serviços Aéreos Ltda.) com o objetivo principal de viabilizar a logística aérea no transporte de pessoas e equipamentos relacionados às atividades de óleo e gás, na campanha exploratória na Bacia do Solimões.

A Companhia, diretamente ou através de suas controladas, vem efetuando os investimentos necessários para cumprir com seu programa exploratório e obter acesso às reservas suficientes para o sucesso de suas operações futuras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, às quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e que no caso da Companhia, diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que para fins de *International Financial Reporting Standards (IFRS*), seria custo ou valor justo.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estão em vigor em 31 de dezembro de 2011.

As práticas contábeis descritas na nota explicativa 3 foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras em 06 de fevereiro de 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras -- Continuação

2.1. Pronunciamentos Técnicos revisados pelo CPC e aprovados pela CVM em 2011

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 1º de janeiro de 2011.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1) - aprovado pela Deliberação CVM nº 675, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - aprovado pela Deliberação CVM Nº 665, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - aprovado pela Deliberação CVM Nº 666, de 04 de agosto de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos - aprovado pela Deliberação CVM № 672, de 20 de outubro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - aprovado pela Deliberação CVM Nº 676, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma esclarece que as empresas devem apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas. A Companhia apresenta essa análise na nota explicativa nº 20.

Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contabilização e Evidenciação de Contratos de Concessão - aprovado pela Deliberação CVM Nº 677, de 13 de dezembro de 2011. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras -- Continuação

2.2. Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB

Em junho de 2011, o International Accounting Standards Board - IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 1º de janeiro de 2013:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros – O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 Operações conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis brasileiro, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis

A seguir, apresentamos as principais práticas contábeis utilizadas pela Companhia, evidenciando-as, mesmo quando ainda não são aplicáveis por questões operacionais.

3.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e/ou suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida pelo valor bruto. Os descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas são deduzidos em linha específica na demonstração do resultado. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de óleo e gás

A receita de venda de óleo e gás é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade forem transferidos ao comprador, o que geralmente deverá ocorrer na sua entrega.

Prestação de serviços

A receita de serviços de pesquisas geofísicas e geológicas da controlada IPEX é reconhecida à medida que os serviços correlatos são prestados e possam ser medidos de forma confiável, dentro de critérios previstos contratualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1. Apuração do resultado -- Continuação

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros previstos de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. Os instrumentos financeiros designados como valor justo através do resultado, que incluem ativos financeiros mantidos para negociação e instrumentos derivativos, são marcados a mercado a cada período, em contra-partida à receita financeira.

3.2. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo nas datas de aquisição das parcelas adicionais, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis—Continuação

3.2. Combinação de negócios -- continuação

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

3.3. Transações envolvendo pagamentos em ações

Determinados colaboradores da Companhia e de suas controladas receberam remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os colaboradores prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis — Continuação

3.3. Transações envolvendo pagamentos em ações -- continuação

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza-se de um especialista de precificação externo que emprega um método de valorização apropriado.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a *performance* e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício é registrado em "despesas de pessoal", em contrapartida à conta "ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido" e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicionada a um evento de mercado (condição conectada ao preço das ações do Grupo), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em "despesas de pessoal" corresponde às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis — Continuação

3.3. Transações envolvendo pagamentos em ações -- continuação

Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não aquisição dentro do controle da Companhia ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com títulos patrimoniais são tratados da mesma forma.

O efeito de diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído (Nota 20).

A Companhia não mantém transações envolvendo pagamentos em ações com previsão para liquidação com caixa.

3.4. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

3.4.1) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade e expressas em reais.

3.4.2) Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente (PTAX de venda publicada pelo BACEN) na data da transação e dos respectivos encerramentos dos exercícios, são reconhecidos como ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo, por meio do resultado dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

- 3.5 Instrumentos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação
 - (i) Ativos Financeiros -- continuação

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*, definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

- 3.5 Instrumentos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação
 - (i) Ativos Financeiros -- continuação

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado -- continuação

Derivativos embutidos em contratos principais são contabilizados como derivativos separados quando os seus riscos e características econômicas não são intimamente relacionados com aqueles dos contratos principais e os contratos principais não forem contabilizados a valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são mensurados a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo reconhecidos na demonstração do resultado. Uma nova revisão somente ocorre quando houver uma mudança nos termos do contrato que significativamente altere os fluxos de caixa que, de outra forma, seriam requeridos.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

- 3.5 Instrumentos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação
 - (i) Ativos Financeiros -- continuação

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são apurados pelo valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

- 3.5 Instrumentos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação
 - (i) Ativos Financeiros -- continuação

Ativos financeiros disponíveis para venda -- continuação

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Dividendos sobre instrumentos patrimoniais disponíveis para a venda são reconhecidos no resultado, quando o direito de recebimento da Companhia for estabelecido. O valor justo de ativos monetários disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

A Companhia não registrou nenhum ativo financeiro disponível para venda durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

- 3.5 Instrumentos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação
 - (i) Ativos Financeiros -- continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

- 3.5 Instrumentos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação
 - (ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros -- continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado -- continuação

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

- 3.5 Instrumentos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação
 - (ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros -- continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado -- continuação

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significante e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil.

Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada – mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida no resultado – é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado. Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos diretamente no resultado abrangente.

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado como perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecida na demonstração de resultado.

Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é registrada como receita financeira. Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida aumentar e este aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável na demonstração do resultado, a perda por redução ao valor recuperável é revertida na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

- 3.5 Instrumentos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação
 - (iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, conta garantida, empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação

(iii) Passivos financeiros

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetiva.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

- 3.5 Instrumentos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação
 - (iii) Passivos financeiros -- continuação

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas, quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos da transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação

(v) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na nota explicativa 25.

(vi) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia pode utilizar instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos a termo de *commodities* e *swaps* de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, o risco de variação dos preços de *commodities* e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e, como passivos financeiros, quando o valor justo for negativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação

(vi) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge -- continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- continuação

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedge*s de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Para os fins de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), existem as seguintes classificações:

- hedge de valor justo ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado; ou
- hedge de fluxo de caixa ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; ou
- hedge de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

- 3.5 Instrumentos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação
 - (vi) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge -- continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- continuação

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto a hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Hedges que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

- 3.5 Instrumentos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação
 - (vi) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge -- continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsegüente -- continuação

Hedge de valor justo

O ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de *hedge* (para instrumento de *hedge* derivativo) ou do componente cambial da sua quantia escriturada medido de acordo com o CPC 02 (para instrumento de *hedge* não derivativo) deve ser reconhecido no resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto deve ajustar a quantia escriturada do item coberto a ser reconhecido no resultado. As mudanças do valor justo do instrumento de *hedge* e as mudanças do valor justo do item objeto de *hedge* atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas na linha da demonstração de resultado relacionada ao item objeto de *hedge*.

A mudança no valor justo de um derivativo de taxa de juros designado numa relação de *hedge* é reconhecida no resultado financeiro. A mudança no valor justo do item objeto de *hedge* relacionada ao risco objeto de *hedge* é registrada como ajuste do valor contábil do item objeto de *hedge*, sendo também reconhecida no resultado financeiro.

Se o item objeto de *hedge* for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item objeto de *hedge* numa relação de *hedge*, a variação do valor justo do compromisso firme atribuível ao risco coberto é reconhecida como um ativo financeiro quando ela for positiva ou como um passivo financeiro quando ela for negativa, com o reconhecimento de um correspondente ganho ou perda na demonstração do resultado. O saldo acumulado no balanço patrimonial, decorrente das variações sucessivas do valor justo do compromisso firme atribuível ao risco coberto, será transferido para o saldo do item objeto de *hedge* no momento do reconhecimento inicial (reconhecimento do saldo das contas a pagar ou das contas a receber).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

- 3.5 Instrumentos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação
 - (vi) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge -- continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- continuação

Hedge de fluxo de caixa

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do *hedge* é reconhecida imediatamente no resultado financeiro.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Companhia para uma relação de *hedge* em particular excluir da avaliação da eficácia de *hedge* um componente específico do ganho ou perda ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido imediatamente no resultado financeiro.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de hedge for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de hedge for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido na reserva de outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

- 3.5 Instrumentos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração subseqüente -- continuação
 - (vi) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge -- continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- continuação

Hedges de investimento líquido

Hedges de investimentos líquidos em operações no exterior, inclusive hedge de item monetário que são contabilizados como parte do investimento líquido, são contabilizados de forma similar ao hedge de fluxo de caixa. Ganhos ou perdas no instrumento de hedge relacionado à parte eficaz do hedge são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto quaisquer ganhos ou perdas relacionados à parte ineficaz são reconhecidos no resultado. Na alienação da operação no exterior, o valor cumulativo dos ganhos ou perdas reconhecido diretamente no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia mantinha operações de *swap* para proteção da variação cambial, conforme detalhado na nota explicativa 25.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não utilizou a contabilidade de *hedge* para nenhum instrumento derivativo.

Classificação entre curto e longo prazo

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de *hedge* eficaz são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

- Quando a Companhia mantiver um derivativo como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como de longo prazo (ou segregado em parcela de curto e longo prazo), consistentemente com a classificação do item correspondente.
- Os derivativos embutidos que não estão intimamente relacionados ao contrato principal são classificados de forma consistente com os fluxos de caixa do contrato principal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- continuação

(vi) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge -- continuação

Classificação entre curto e longo prazo -- continuação

- Os instrumentos derivativos designados como tal e que são efetivamente instrumentos de *hedge* eficazes são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de *hedge*.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.7 Contas a receber

Estão apresentadas a valores de realização. Os serviços prestados, ainda não faturados na data dos balanços, são contabilizados pelo regime de competência. A provisão para devedores duvidosos é constituída em montante suficiente para a cobertura de eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando os riscos envolvidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.8 Investimento em coligadas e controladas

Conforme requerido pelo ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, os investimentos em coligadas e controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, sendo os investimentos em controladas eliminados para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Uma controlada é uma entidade na qual, a Companhia, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não manteve participações em coligadas.

Com base no método de equivalência patrimonial, o investimento em coligadas e controladas é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionando-se as mudanças após a aquisição da participação societária em controladas. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado.

A demonstração do resultado da controladora reflete a parcela dos resultados das operações das controladas na rubrica de 'resultado de equivalência patrimonial'. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada e controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará este fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e suas coligadas e controladas, são eliminados de acordo com a participação mantida.

A participação societária em controladas é demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível proporcional ao percentual de participação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.8 Investimento em coligadas e controladas -- continuação

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Controladora determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em suas coligadas e controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas coligadas e controladas sofreram perda por redução do valor recuperável. Se assim for, calcula-se o montante da perda por redução do valor recuperável como a diferença entre aquele e o valor contábil, reconhecendo o montante na demonstração do resultado.

3.9 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada pelo método linear ou pelo método das unidades produzidas para os ativos de óleo e gás (quando em operação) e da provisão para redução do seu valor recuperável, quando aplicável. As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas com base no prazo do contrato de aluguel ou expectativa de vida útil do imóvel, dos dois o menor.

3.10 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável e incluem os gastos com direitos e concessões, principalmente, os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para a obtenção de concessões para exploração de petróleo e gás natural.

Os gastos com exploração, avaliação e desenvolvimento da produção são contabilizados utilizando o método dos esforços bem-sucedidos (successful efforts method of accounting).

Custos incorridos antes da obtenção das concessões e gastos com estudos e pesquisas geológicas e geofísicas são lançados ao resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.10 Intangível

Os gastos com a exploração e avaliação diretamente associados ao poço exploratório são capitalizados como ativos de exploração e avaliação, até que a perfuração do poço seja completada e seus resultados avaliados. Estes custos incluem salários de funcionários, materiais e combustíveis utilizados, aluguéis de sondas e outros incorridos com terceiros.

Caso não sejam encontradas reservas comerciais, os gastos efetuados em cada poço exploratório serão baixados ao resultado. Se reservas forem encontradas, o custo será mantido no ativo até que avaliações adicionais quanto à comercialidade da reserva de hidrocarbonetos sejam concluídas.

Os ativos exploratórios estão sujeitos a revisões técnicas, comerciais e financeiras, pelo menos anualmente, para confirmar a intenção da Administração de desenvolver e produzir hidrocarbonetos na área. Quando são identificadas reservas provadas e o desenvolvimento é autorizado, os gastos exploratórios da área são transferidos para "ativos de óleo e gás".

Na fase de desenvolvimento, as inversões para construção, instalação e infraestrutura (como plataformas, dutos e perfuração de poços de desenvolvimento, de delimitação e mal-sucedidos) são capitalizadas como "ativos de óleo e gás".

Os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas de produção serão estimados e registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida à provisão que suportará tais gastos, tão logo exista uma obrigação legal ou construtiva de desmantelamento da área. Esta provisão será apresentada como ativo imobilizado em contrapartida ao passivo exigível a longo prazo.

As estimativas dos custos com abandono serão contabilizadas levando-se em conta o valor presente destas obrigações, descontadas a uma taxa de juros livre de risco. Tais estimativas serão revistas pelo menos uma vez por ano ou quando houver indicação de mudanças relevantes, com a conseqüente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos. A provisão será atualizada, mensalmente, em base *pró-rata* considerando-se a taxa de desconto livre de risco com a qual terá sido descontada em contrapartida a uma despesa financeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.10 Intangível

Os ativos de óleo e gás, incluindo os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas, serão depreciados pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no período e suas respectivas reservas provadas desenvolvidas. Para os ativos que beneficiarão toda a vida útil econômica do campo, como bônus de assinatura, bases de apoio, gasodutos e oleodutos, a depreciação será calculada considerando-se a produção do período e as reservas provadas totais.

Instalações e infra-estrutura, cuja vida útil econômica é inferior a vida econômica das reservas do campo, serão depreciados pelo método linear.

3.11 Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa, anualmente, o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, será constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Estas perdas serão classificadas em rubrica específica ("perdas no valor recuperável de ativos") na demonstração do resultado.

O valor recuperável de uma determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Em ambos os casos, serão utilizadas estimativas e premissas consideradas razoáveis pela Administração. É possível que a cotação do preço do óleo no mercado internacional varie negativamente, o que pode impactar a economicidade de uma determinada área. A Administração monitora periodicamente os indicadores internos e externos que possam resultar em redução do valor recuperável dos seus ativos.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.11 Provisão para recuperação de ativos -- Continuação

que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.12 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Os riscos tributários, cíveis e trabalhistas são avaliados com base na opinião dos consultores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não constituiu nenhuma provisão, em função da inexistência de ação com probabilidade de perda provável.

3.13 Estimativas contábeis

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vida útil do ativo imobilizado; a estimativa de reservas utilizada no cálculo da depreciação pelo método das unidades produzidas; a avaliação do valor recuperável das unidades geradoras de caixa; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social na controladora e nas controladas brasileiras são apurados pelo regime de tributação com base no lucro real. A base de cálculo para apuração dos impostos considera as adições e exclusões previstas na legislação vigente.

3.15 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03.

3.16 Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09.

3.17 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode-se obter receitas e incorrer em despesas. Os resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento, para a avaliação do seu desempenho e para que haja informação financeira individualizada disponível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Procedimentos de consolidação

As demonstrações consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 incluem as informações financeiras da controladora e das controladas HRTOG, IPEX, HRTAF, HRTN, HRTC, HRTA e AA.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data na qual a HRT obtém o controle até a data que esse controle deixe de existir. As informações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado das empresas controladas corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações: (a) eliminação dos saldos de ativos e/ou passivos entre as sociedades consolidadas; (b) eliminação dos investimentos contra o respectivo patrimônio líquido da sociedade controlada; e (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de transações entre as sociedades consolidadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Contro	Controladora		olidado
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Caixa	-	-	58	19
Bancos	18	104	56.944	20.831
	18	104	57.002	20.850

6. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consc	olidado
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Para negociação Mantidos até o vencimento	677.632 319.795	2.121.274	909.933 524.244	2.405.724
	997.427	2.121.274	1.434.177	2.405.724

As aplicações financeiras constituem-se, principalmente, de Certificados de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas lastreadas em debêntures, emitidos por bancos de primeira linha. As aplicações financeiras são remuneradas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Títulos e valores mobiliários--Continuação

A seguir, apresentamos quadro resumo das aplicações por tipo de instrumento financeiro:

a) Para negociação

		-	Controladora		Consolidad	
Banco	Vencimento	Remuneração	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Certificado de Depósito Bancário (CD	nR)					
Banco do Brasil	01/10/2015	CDI	_	216.383		216.383
Darico do Brasil	01/10/2013	CDI	-	210.303	-	210.303
Banco do Brasil	18/11/2016	CDI	83	-	83	
Banco do Brasil	21/11/2013					-
		CDI	687	-	687	
Votorantim	24/10/2011	CDI	-	203.725	-	203.725
Votorantim	25/01/2012	CDI	48.319	-	48.319	-
Votorantim	17/12/2012	CDI	-		50.105	-
Votorantim	18/12/2012	CDI	25.610	-	25.610	-
Votorantim	26/11/2013	CDI	74.072	_	74.072	_
Votorantim	26/11/2012	CDI		_	38.231	_
Votorantim	24/12/2012	CDI	_	_	273	_
BTG Pactual	24/10/2011	CDI		254.601	2/3	254.601
Santander		CDI	-	437.302	-	
	17/10/2012		-		-	437.302
HSBC	11/11/2013	CDI	•	85.906	•	85.906
Standard Bank	22/11/2011	CDI		5.052		5.052
Standard Bank	30/01/2012	CDI	5.394	-	5.394	
Banco do Brasil	07/08/2015	CDI	-	-		13.976
HSBC	19/11/2013	CDI	•	-	6.917	194.573
			154.165	1.202.969	249.691	1.411.518
Operações compromissadas lastre Bradesco	19/03/2012	CDI	-	4.801	-	4.801
Bradesco	24/10/2011	CDI	-	276.971	-	276.971
Bradesco	24/10/2011	CDI	-	535.614		535.614
Bradesco	28/05/2012	CDI	-	-	48.641	
Bradesco	28/05/2012	CDI	-			-
Bradesco	09/09/2013			-	6.888	-
Itaú BBA		CDI	-	-	4.047	- - -
	15/07/2013	CDI	-	- -		- - -
	15/07/2013 28/04/2012	CDI CDI	- - -	- - -	4.047	- - - 5.599
Itaú BBA	15/07/2013 28/04/2012 17/10/2012	CDI CDI CDI	- - -	- - - - 49.318	4.047 861 -	5.599 49.318
Itaú BBA Itaú BBA	15/07/2013 28/04/2012 17/10/2012 05/12/2013	CDI CDI CDI CDI	- - - - 176	49.318	4.047 861 - - 176	
Itaú BBA Itaú BBA	15/07/2013 28/04/2012 17/10/2012	CDI CDI CDI	- - - 176 1.308	49.318 -	4.047 861 -	
Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA	15/07/2013 28/04/2012 17/10/2012 05/12/2013	CDI CDI CDI CDI		- - - - 49.318 - -	4.047 861 - - 176	
Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA	15/07/2013 28/04/2012 17/10/2012 05/12/2013 02/12/2013	CDI CDI CDI CDI CDI	1.308	49.318 - - - - - - - 50.538	4.047 861 - - 176 1.308	
Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA	15/07/2013 28/04/2012 17/10/2012 05/12/2013 02/12/2013 21/11/2013	CDI CDI CDI CDI CDI CDI	1.308	- -	4.047 861 - - 176 1.308	49.318 - - -
Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Votorantim	15/07/2013 28/04/2012 17/10/2012 05/12/2013 02/12/2013 21/11/2013 21/11/2011	CDI CDI CDI CDI CDI CDI CDI	1.308 7.364	- -	4.047 861 - 176 1.308 7.364	49.318 - - -
Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Votorantim Santander	15/07/2013 28/04/2012 17/10/2012 05/12/2013 02/12/2013 21/11/2013 21/11/2011 15/04/2013	CDI CDI CDI CDI CDI CDI CDI CDI	1.308 7.364	- -	4.047 861 - 176 1.308 7.364	49.318 - - - 50.538
Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Votorantim Santander Santander	15/07/2013 28/04/2012 17/10/2012 05/12/2013 02/12/2013 21/11/2013 21/11/2011 15/04/2013 04/09/2012 19/11/2013	CDI CDI CDI CDI CDI CDI CDI CDI CDI	1.308 7.364 58.603	- -	4.047 861 - 176 1.308 7.364	49.318 - - - 50.538
Santander Santander Santander	15/07/2013 28/04/2012 17/10/2012 05/12/2013 02/12/2013 21/11/2013 21/11/2011 15/04/2013 04/09/2012 19/11/2013	CDI	1.308 7.364 58.603 443.253	- -	4.047 861 - - 176 1.308 7.364 134.906 443.253	49.318 - - 50.538 - 27.364
Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Votorantim Santander Santander Santander Santander Santander Bradesco	15/07/2013 28/04/2012 17/10/2012 05/12/2013 02/12/2013 21/11/2013 21/11/2011 15/04/2013 04/09/2012 19/11/2013 08/10/2013	CDI	1.308 7.364 58.603 443.253	- -	4.047 861 - - 176 1.308 7.364 134.906 443.253	49.318 - - 50.538 - 27.364 - - 20.664
Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Votorantim Santander Santander Santander Santander	15/07/2013 28/04/2012 17/10/2012 05/12/2013 02/12/2013 21/11/2013 21/11/2011 15/04/2013 04/09/2012 19/11/2013	CDI	1.308 7.364 58.603 443.253 12.740	50.538 - - - - - - -	4.047 861 - 176 1.308 7.364 134.906 443.253 12.740	49.318 - - 50.538 - 27.364 - 20.664 21.797
Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Votorantim Santander Santander Santander Santander Santander Santander Santander Bradesco Bradesco	15/07/2013 28/04/2012 17/10/2012 05/12/2013 02/12/2013 21/11/2013 21/11/2011 15/04/2013 04/09/2012 19/11/2013 08/10/2013	CDI	1.308 7.364 58.603 443.253	50.538	4.047 861 - - 176 1.308 7.364 134.906 443.253	49.318 - - 50.538 - 27.364 - - 20.664 21.797
Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Votorantim Santander Santander Santander Santander Bradesco Bradesco undo de investimento exclusivo	15/07/2013 28/04/2012 17/10/2012 05/12/2013 02/12/2013 21/11/2013 21/11/2011 15/04/2013 04/09/2012 19/11/2013 08/10/2013	CDI	1.308 7.364 58.603 443.253 12.740	50.538 - - - - - - - - - - - - - - - - - - -	4.047 861 - 176 1.308 7.364 134.906 443.253 12.740 - - 660.184	49.318 - - 50.538 - 27.364 - - 20.664 21.797 992.666 1.013
Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Itaú BBA Votorantim Santander Santander Santander Santander Santander Santander Bradesco Bradesco	15/07/2013 28/04/2012 17/10/2012 05/12/2013 02/12/2013 21/11/2013 21/11/2011 15/04/2013 04/09/2012 19/11/2013 08/10/2013 24/08/2012 27/08/2012	CDI	1.308 7.364 58.603 443.253 12.740	50.538	4.047 861 - 176 1.308 7.364 134.906 443.253 12.740	49.318 - - 50.538 - 27.364 - - 20.664 21.797

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Títulos e valores mobiliários--Continuação

b) Mantidos até o vencimento--Continuação

			Controladora		Consolidado	
Banco	Vencimento	Remuneração	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Certificado de Depósito Bancário (CDB) BTG Pactual	30/01/2012	CDI	96.669	-	301.118	-
Operações compromissadas lastreadas em debêntures Santander	16/01/2012	CDI	223.126	-	223.126	<u>-</u>
Total de aplicações mantidas até o vencimento		_	319.795	-	524.244	-

Do total das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e sua controlada HRTOG possuem, o valor de R\$ 1.030.940 depositados junto a instituições financeiras como garantia das fianças por elas emitidas com vencimento em 31 de maio de 2012, vinculadas à operação de aquisição junto à Petra Energia dos 45% restantes dos direitos de exploração dos 21 blocos da bacia do Solimões, conforme mencionado na nota explicativa 16 - Intangível.

7. Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Agência Nacional de Petróleo – ANP	702	1.009
Devon Energy do Brasil Ltda.	-	462
OGX Petróleo & Gas Ltda.	-	206
Halliburton Serviços Ltda.	195	-
Analytical Technology	177	-
Chinter Consultoria Aduaneira Ltda.	167	-
Outros	141	267
	1.382	1.944

Cancalidada

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consc	olidado
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de renda e contribuição social	12.377	4.192	30.114	7.255
Imposto sobre Serviço	-	-	4.189	146
Outros	-	-	403	106
	12.377	4.192	34.706	7.507
	•			

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consc	olidado
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
<u>Circulante</u>				
Geoquasar	-	-	-	6.600
Costa Porto Logística International	-	-	3.881	-
IEC Instalações	-	-	1.918	-
Aeróleo Taxi Aéreo	-	-	1.233	-
International Chamber of Commerce	-	-	823	-
Outros	97	10	3.209	621
	97	10	11.064	7.221
Não circulante				
Queiroz Galvão Óleo & Gás	-	-	21.954	-
	-	-	21.954	-
	97	10	33.018	7.221

O valor adiantado à Queiroz Galvão refere-se a cláusula 24.2 dos contratos das Sondas QG-VIII e QG-IX os quais passarão a ser descontados do faturamento mensal das Sondas a partir do terceiro ano de vigência dos contratos.

10. Despesas antecipadas

	Contro	Controladora		olidado
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Mobilização	-	-	4.167	-
Seguros	7	8	3.299	1.980
Outros	86	6	926	157
	93	14	8.392	2.137

Mobilização

A controlada HRTOG mantém contratos referente à aquisição de sísmica 2D, nos quais determinada parcela do contrato é classificada como mobilização. A mobilização é a apropriação ao resultado conforme andamento do projeto, ou seja, durante a vigência do contrato.

Seguros

Referem-se aos prêmios de seguro pagos conforme descrito na nota 27.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo remanescente é de R\$ 3.299 e será amortizado, mensalmente, de acordo com a vigência dos contratos.

11. Depósitos em garantia (consolidado)

Em 2010, a controlada HRTOG assinou diversos contratos de seguro para atender às exigências da ANP. Para tanto, além do prêmio pago, foi oferecido depósito colateral no valor equivalente a R\$ 34.500 junto ao Banco do Brasil S.A. Em 26 de julho de 2011, a J.Malucelli formalizou renuncia ao valor dado como garantia e os recursos bloqueados foram resgatados.

Em atendimento às exigências legais na Namíbia, em 31 de dezembro de 2011, a controlada HRTOG mantém depositado em garantia, no âmbito do Programa Exploratório Mínimo relativo à licença PEL 028 junto ao Standard Bank PLC, em Londres, o valor nominal de USD 212 mil, que atualizado na data base corresponde a USD 235,5 mil, equivalentes a R\$ 442 (USD 234.3 mil, equivalentes a R\$ 390 em 31 de dezembro de 2010). O saldo é remunerado com base em percentuais de variação da *London Interbank Offered Rate (LIBOR)*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Aquisição de novas controladas

a) Ranger Participações Ltda.

Em agosto de 2010, a Companhia passou a deter, direta e indiretamente, 100% das quotas representativas do capital social da Ranger Participações Ltda. O preço de aquisição é assim demonstrado:

	31/12/2010
Pagamento em dinheiro em 30 de maio de 2010	9.020
Pagamento em participação acionária em 30 de maio de 2010	24.262
Pagamento em participação acionária em 31 de agosto de 2010	1.844
Total	35.126

Em maio de 2010, a HRT assumiu dívidas detidas pela Ranger, no valor de USD 2.000 mil e a HRTOG, compromissos da Labrea, no valor de até USD 8.000 mil. Ambas as obrigações já foram devidamente quitadas naquele exercício.

Segue abaixo o valor justo dos ativos e passivos identificáveis da adquirida, na data da realização da transação:

	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	52
Ativo Intangível	56.177
Outros ativos	24
Contas a pagar	(21.076)
Outros passivos	(51)
	35.126

A Companhia realizou estudo econômico-financeiro e concluiu que existe uma grande probabilidade de encontrar reservas de hidrocarbonetos economicamente viáveis em cada um dos blocos da adquirida. Por isso, foi atribuído aos seus direitos exploratórios no Brasil e na Namíbia, ágio equivalente ao excesso entre o valor justo e o acervo contábil líquido da adquirida, no montante de R\$ 53.690, deduzido o passivo a descoberto existente à época, no valor de R\$ 18.564.

Em 22 de junho de 2011, conforme mencionado na nota explicativa 1, a Ranger foi incorporada pela HRTAF pelo valor do seu acervo líquido, conforme laudo de perito independente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Aquisição de novas controladas--Continuação

b) HRT Canadá (ex-UNX)

Em abril de 2011, a Companhia adquiriu 100% das ações da ex-UNX. A aquisição da empresa foi realizada mediante a troca de 0,5579 Global Depositary Share (GDS), representando 0,01 ação da HRT Participações S.A., por cada ação da UNX. Segue abaixo o valor justo dos ativos e passivos identificáveis da adquirida, na data da realização da transação:

	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	61.285
Investimentos	1.929
Impostos a recuperar	835
Ativo Intangível	1.219.918
Outros ativos	749
Contas a pagar	(12.195)
Preço de aquisição	1.272.521
Valor contábil na data de aquisição	(76.844)
Preço de compra alocado	1.195.677

A Companhia realizou estudo econômico-financeiro e concluiu que existe uma grande probabilidade de encontrar reservas de hidrocarbonetos economicamente viáveis nos blocos da adquirida. Por isso, o excesso entre o valor justo e o acervo contábil líquido da adquirida foi preliminarmente alocado aos seus direitos exploratórios da adquirida na Namíbia.

Uma vez que o excedente entre o valor justo e o acervo contábil líquido da adquirida não tem dedutibilidade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social, a Companhia reconheceu o efeito dos impostos diferidos em contra partida ao ágio, no montante de R\$ 406.530, conforme preconiza o Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12).

As aquisições se coadunam com os objetivos estratégicos da Companhia de investir no segmento de petróleo e gás e ampliar seu portfólio de reservas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Investimentos

	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
HRT O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda. Integrated Petroleum Expertise Company Serviços em Petróleo	1.375.143	493.051
Ltda IPEX	5.350	4.942
HRT Netherlands B.V.	175.007	27.659
HRT África	52.671	30.119
HRT America	3.545	-
HRT Canadá	1.660.099	-
Air Amazonia	(1.922)	-
	3.269.893	555.771

a) Movimentação do investimento

	HRTOG	IPEX	HRT BV	HRT ÁFRICA	HRT AMÉRICA	HRT CANADÁ	AIR AMAZONIA	Total
	HKIUU	IFEA	UKIDA	HRT AFRICA	AWERICA	CANADA	AWAZONIA	TOTAL
Saldos em 01 de janeiro de 2011	493.051	4.942	27.659	30.119	-	-	-	555.771
Adiantamento para futuro aumento de capital		6.400	-	-	-	-	4.365	10.765
Aquisição da UNX	-	-	-	-	-	76.844	-	76.844
Intangíveis identificáveis na aquisição da UNX								
(**)	-	-	-	-	-	1.602.207	-	1.602.207
Aumento de capital	1.184.785	-	136.437	21.053	13.523	-	2.500	1.358.298
Variação no percentual de participação	(9.866)	-	-	9.866	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(309.965)	(5.992)	(8.782)	(10.653)	(11.226)	(23.384)	(8.787)	(378.789)
Variação nos instrumentos derivativos	7.616	` -	` -	,	` -′	` -	` -′	7.616
Ajusté acumulado de conversão	9.522	-	19.693	2.286	1.248	4.431		37.180
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.375.143	5.350	175.007	52.671	3.545	1.660.099	(1.922)	3.269.893

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Investimentos

a) Movimentação do investimento—Continuação

<u>-</u>	HRTOG	IPEX	HRTBV	HRT ÁFRICA *	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2010	137.040	12.721	-	-	149.761
Adiantamento para futuro aumento de capital				4.719	4.719
Aumento de capital	421.130	-	29.342	-	450.472
Intangíveis identificáveis na aquisição da Ranger (*)	-	-	-	38.933	38.933
Participação inicial em passivo a descoberto	-	-	-	(12.827)	(12.827)
Resultado de equivalência patrimonial	(65.119)	(7.779)	(905)	(706)	(74.509)
Ajuste acumulado de conversão	· -	· -	(778)	· <u>-</u>	(778)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	493.051	4.942	27.659	30.119	555.771

^(*) Reflete o investimento da controladora no capital da Ranger em 2010 na proporção da participação direta ao percentual de 74,38%. O investimento indireto através da controlada integral HRTOG, proporcional à participação de 25,62%, inclui ágio de R\$ 13.776 e participação em passivo a descoberto de R\$ 4.999. Conforme mencionado na nota explicativa 11, o ágio na aquisição do investimento foi alocado ao intangível (bônus de assinatura), nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia no montante total de R\$ 53.690.

b) Informações relevantes sobre as investidas

	HRTOG	IPEX	HRT BV	HRT ÁFRICA	HRT AMÉRICA	HRT CANADÁ	AIR AMAZONIA
Participação direta	99,99%	99,99%	100%	20%	100%	100%	100%
Participação indireta	· -	· -	-	80%	-	-	-
Patrimônio líquido	1.375.143	5.350	175.007	63.788	3.545	57.890	(1.922)
Prejuízo do exercício	(309.965)	(5.992)	(8.782)	(53.021)	(11.226)	(23.385)	(8.787)
Total dos ativos	2.454.968	8.504	175.746	86.933	5.899	76.942	6

^(**) O ágio apurado na aquisição da HRT Canadá (ex-UNX) é composto por dois valores: (i) R\$ 1.195.677 referentes à diferença entre o valor justo e o acervo contábil da Companhia, conforme descrito na nota explicativa 12; e (ii) R\$ 406.530 referentes ao imposto de renda diferido, gerado sobre o ágio, conforme descrito na nota explicativa 1.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado

a) Composição do saldo

		Consolidado				
	Taxa de depreciação (%)	Custo	Depreciação	Saldo em 31/12/2011	Saldo em 31/12/2010	
Em operação						
Aeronaves	10	138.865	(7.405)	131.460	6.163	
Esculturas	-	26	` -	26	26	
Embarcações		694	(12)	682	-	
Máquinas e equipamentos	10	9.012	(1.381)	7.631	4.028	
Móveis e utensílios	10	6.003	(772)	5.231	3.004	
Equipamentos de comunicação	20	536	(76)	460	116	
Veículos	20	10.092	(838)	9.254	164	
Equipamentos de informática	20	8.754	(2.752)	6.002	2.980	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4	68.221	(5.256)	62.965	8.855	
Instalações	10	8.164	(276)	7.888	8	
Em andamento						
Material para uso e consumo (poços)		36.534	-	36.534	13.066	
Adiantamento para aquisição de guindaste	-	2.136	-	2.136	-	
Adiantamentos para aquisição de sonda	-	52.986	-	52.986	-	
Outros		13	-	13	3	
		342.036	(18.768)	323.268	38.413	

b) Movimentação do saldo

_	Saldo em 01/01/2011	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2011
Em operação				
Aeronaves	6.163	132.981	(7.684)	131.460
Esculturas	26	-	•	26
Embarcações	-	694	(12)	682
Máquinas e equipamentos	4.028	4.262	(6 5 9)	7.631
Móveis e utensílios	3.004	2.611	(384)	5.231
Equipamentos de comunicação	116	406	(62)	460
Veículos	164	9.823	(733)	9.254
Equipamentos de informática	2.980	4.253	(1.231)	6.002
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8.855	59.082	(4.972)	62.965
Instalações	8	8.180	(300)	7.888
Em andamento				
Material para uso e consumo (poços)	13.066	23.468	-	36.534
Adiantamento para aquisição de guindastes	-	2.136	-	2.136
Adiantamento para aquisição de sonda	-	52.986	-	52.986
Outros	3	10	-	13
Total	38.413	300.892	(16.037)	323.268

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado--Continuação

b) Movimentação do saldo--Continuação

	Saldo em 01/01/2010	Adição por aquisição de controladas	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2010
Em operação					
Esculturas	-	-	26	-	26
Máquinas e equipamentos	2.123		2.242	(337)	4.028
Móveis e utensílios	530	15	2.612	(153)	3.004
Equipamentos de comunicação	25	-	104	(13)	116
Veículos	225	-	-	(61)	164
Equipamentos de informática	1.147	2	2.495	(664)	2.980
Benfeitorias em imóveis de terceiros	435	-	8.777	(357)	8.855
Instalações			9	(1)	8
Em andamento					
Material para uso e consumo (poços)	-	-	13.066	-	13.066
Aeronaves	-	-	6.163	-	6.163
Obras em andamento	-	-	3	-	3
Total	4.485	17	35.497	(1.586)	38.413

15. Ativo mantido para venda

Em 25 de maio de 2011 a HRTOG exerceu a opção de compra dos 45% de participação da Petra Energia nos direitos exploratórios dos 21 blocos da Bacia do Solimões, conforme previsto no *Third Amendment to Farm Out Agreement*. Para garantir o negócio, apresentou cartas de fiança, por meio de três bancos, no valor total de R\$ 1.288.675 ("Valor da Opção de Compra").

Em 07 de dezembro de 2011 a Petra e a HRTOG assinaram um acordo para concluir o processo de aquisição e parcelamento dentro da opção de compra exercida ("Settlement Agreement and Release"), mantendo como pré-requisito para sua efetivação a aprovação da transferência pela Agência Nacional do Petróleo ("ANP"), ocorrida em 08 de dezembro de 2011.

Ao custo de aquisição de R\$ 1.288.675 foi acrescido os gastos diretamente relacionados a aquisição do ativo no montante de R\$ 7.453.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Ativo mantido para venda - Continuação

Conforme previsto nos compromissos assinados, em 14 de dezembro de 2011 a HRTOG realizou o pagamento da 1ª parcela do acordo no valor de R\$ 257.735. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo remanescente, a ser pago à Petra em 4 parcelas semestrais até 18 de novembro de 2013, foi provisionado nas demonstrações financeiras, dos quais R\$ 515.470 foram registrados no passivo circulante e R\$ 515.470 no passivo não circulante, totalizando R\$ 1.030.939. Esses valores serão atualizados pela taxa CDI ou Libor, a definição da taxa está condicionada a venda da participação, conforme divulgado na nota 29.

Em 31 de outubro de 2011 a HRTOG e a subsidiária brasileira da TNK-BP, TNK-Brasil Exploração e Produção de Óleo e Gás Natural Ltda. ("TNK-Brasil") assinaram o *Farm-In Agreement (FIA)* relativo à transferência da participação de 45% objetos da opção de compra exercida. Conforme os termos acordados entre as partes, a TNK-BP deverá pagar à HRTOG o valor de USD 1 bilhão a serem pagos em 5 parcelas semestrais.

Em 31 de dezembro de 2011 a transferência da participação nos ativos ainda não tinha sido aprovada pela ANP.

Após a aprovação pela ANP da transferência da participação de 45% dos 21 blocos da bacia do Solimões, a Petra terá direito a receber 50% do ganho apurado entre o valor de compra e venda do ativo, a ser pago em igual número de parcelas do cronograma de recebimento pela HRTOG.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Intangível

a) Composição do saldo

	Taxa de	Conso	lidado
	depreciação (%)	31/12/2011	31/12/2010
Ativos de petróleo e gás Bônus de assinatura - Bacia do Solimões Bônus de assinatura - aquisição da HRTAF Bônus de assinatura - aquisição da participação de	(*) (*) (*)	167.095 53.854 1.629.015	108.492 53.854 -
Bônus de assinatura – aquisição da participação da Vienna em empresas (Limpet, Harmony e Acarus) Gastos exploratórios Softwares e outros	(*) (*) 20	56.218 279.428 7.858	7.659 4.074
Amortização acumulada Total		2.193.468 (2.626) 2.190.842	174.079 (478) 173.601

^(*) Os ativos de óleo e gás, incluindo os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas, serão amortizados pelo método das unidades produzidas.

b) Movimentação do saldo

-	Saldo em 01 de janeiro de 2011	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31 de dezembro de 2011
Bônus de assinatura - bacia do Solimões	108.492	58.603	-	-	167.095
Bônus de assinatura - aquisição de HRTAF	53.854	-	-		53.854
Bônus de assinatura - aquisição de HRTC	-	1.629.015	-	-	1.629.015
Bônus de assinatura – aquisição da participação da Vienna em empresas	-	56.218	-	-	56.218
Gastos exploratórios	7.659	271.769	-	-	279.428
Softwares	3.593	3.054	-	(1.418)	5.229
Outros	3	-	-	` -	3
- -	173.601	2.018.659	-	(1.418)	2.190.842
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·					

_	Saldo em 01 de janeiro de 2010	Adição por aquisição de controladas	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31 de dezembro de 2010
Bônus de assinatura – Bacia do Solimões Bônus de assinatura - aquisição de	52.546	-	55.946	-	-	108.492
controlada - Nota 10	-	165	53.689	-	-	53.854
Gastos exploratórios	-	-	7.659	-	-	7.659
Softwares	404	-	3.497	-	(308)	3.593
Outros		-	3	-	-	3
	52.950	165	120.794	-	(308)	173.601

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Intangível (consolidado)--Continuação

O saldo da conta Bônus de assinatura - Bacia do Solimões, em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 167.095, refere-se aos valores pagos à Petra para a aquisição de 55% dos direitos exploratórios dos 21 blocos localizados na bacia do Solimões.

O saldo de bônus de assinatura - aquisição de controladas referem-se a alocação do ágio, gerado na aquisição de cada empresa, nos montantes de R\$ 53.854, R\$ 1.629.015 e R\$ 56.218 para HRTAF, HRTC e participações da Vienna em empresas, respectivamente.

Os bônus de assinatura e gastos exploratórios serão amortizados pelo método das unidades produzidas, considerando a produção de cada concessão e o volume de reservas. Caso não sejam identificadas reservas de hidrocarbonetos economicamente viáveis, estes gastos serão lançados no resultado.

Segue abaixo o bônus de assinatura referente a cada bloco:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Intangível (consolidado)--Continuação

Blocos	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Onshore		
SOL-T-148	664	431
SOL-T-149	3.966	2.575
SOL-T-168	10.492	6.812
SOL-T-169	5.802	3.767
SOL-T-170	7.019	4.557
SOL-T-191	9.903	6.430
SOL-T-192	10.561	6.857
SOL-T-214	9.892	6.423
SOL-T-215	10.553	6.852
SOL-T-216	10.553	6.852
SOL-T-217	10.553	6.852
SOL-T-151	8.593	5.579
SOL-T-172	3.304	2.145
SOL-T-174	10.567	6.861
SOL-T-194	8.049	5.226
SOL-T-195	4.400	2.857
SOL-T-196	5.940	3.857
SOL-T-197	10.561	6.857
SOL-T-218	5.278	3.427
SOL-T-219	9.892	6.423
SOL-T-220	10.553	6.852
Total Solimões	167.095	108.492
ES-BT-400	100	100
RIOP-T-75	3	3
REC-T-158	51	51
REC-T-240	11	11
Total outros onshore no Brasil	165	165
Total de bonus <i>onshore</i>	167.260	108.657
Offshore		
PEL 0023	53.689	53.689
PEL 0028	62.354	
PEL 0024	1.474.579	-
PEL 0022	144.930	-
PEL 0017	3.370	-
Total de bonus offshore	1.738.922	53.689
Total de bônus de assinatura	1.906.182	162.346

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Intangível (consolidado)--Continuação

Bacia de Solimões

A controlada detém, atualmente, 100% de participação dos direitos exploratórios em 2 Consórcios (BT-SOL 4 e BT-SOL 4A) compreendendo um total de 21 blocos da Bacia de Solimões (Blocos SOL-T-148, SOL-T-149, SOL-T-151, SOL-T-168, SOL-T-169, SOL-T-170, SOL-T-172, SOL-T-174, SOL-T-191, SOL-T-192, SOL-T-194, SOL-T-195, SOL-T-197, SOL-T-214, SOL-T-215, SOL-T-216, SOL-T-217, SOL-T-219 e SOL-T-220), adquiridos em etapas à Petra Energia conforme divulgado na nota explicativa 15.

Com a finalidade de otimizar a logística aérea da campanha exploratória do consórcio Solimões, a HRTOG adquiriu da empresa Passaredo Transportes Aéreos Ltda. três aeronaves, modelo EMB-120 ER e da empresa DMR Participações um helicóptero modelo Esquilo B2.

Em 31 de dezembro de 2011, a HRTOG, como operadora do consórcio possui, assinados, os seguintes contratos relevantes: aluguel de quatro sondas helitransportáveis, aquisição de sísmica 2D para os blocos *onshore* da Bacia de Solimões, integração de poços e perfuração de blocos.

Em 31 de dezembro de 2011, a HRTOG já tinha atingido a área de interesse nos blocos SOL-T-168 e SOL-T-170, nos quais foram identificados intervalos de reservatórios com hidrocarbonetos.

Bacia de Orange

Em 14 de maio de 2010, foi assinado acordo (*Petroleum Agreement*) entre a HRTOG e o Governo da República da Namíbia envolvendo os direitos exploratórios do PEL 028 (*Petroleum Exploration Licence*), que abrange os blocos 2813A, 2814B e 2914A, situados na bacia sedimentar de Orange naquele país.

Neste PEL, a controlada detém participação de 40%, sendo a operadora da licença. Sua coligada HRT Canadá (ex-UNX) e a Acarus Investment (Proprietary) Limited (ACARUS), empresa localizada na República da Namíbia, possuem, respectivamente, 40% e 20% dos direitos exploratórios.

Em 31 de dezembro de 2011, a HRTOG, como operadora da licença, possui assinados contratos para aquisição de sísmica 3D.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Arrendamento mercantil operacional (arrendatário)

Sondas helitransportáveis arrendadas da companhia Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A. e Tuscany Perfurações Brazil Ltda.

Queiroz Galvão

A controlada HRTOG (arrendatária) possui contratos de arrendamento e de prestação de serviços de duas sondas helitransportáveis com a Queiroz Galvão (arrendadora) firmados em 03 de agosto de 2010, com vigência de 4 anos, contada a partir de 15 de abril de 2011.

Os pagamentos futuros mínimos, descontados a valor presente estão estimados da seguinte forma:

Pagamentos futuros mínimos (Em US\$ mil)		
Ano 1	15.835	
Ano 2	14.024	
Ano 3	12.419	
Ano 4	2.876	
	45.154	

Tuscany

A controlada HRTOG (arrendatária) possui contratos de arrendamento e de prestação de serviços, de duas sondas helitransportáveis com a Tuscany (arrendadora), firmados em 27 de outubro de 2010, com vigência de 4 anos, contados a partir dos desembaraços aduaneiros das sondas, ocorridos em fevereiro e março de 2011.

Os pagamentos futuros mínimos, descontados a valor presente estão estimados da seguinte forma:

Pagamentos futuros mínimos (em US\$ mil)		
Ano 1	10.507	
Ano 2	9.305	
Ano 3	8.240	
Ano 4	1.908	
	29.960	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
PIS e Cofins sobre Importação de serviços	-	71	-	338
Imposto sobre serviços	40	31	550	164
Imposto sobre operações financeiras	-	-	339	339
IRRF sobre serviços	431	285	3.718	498
Contribuição social sobre serviços	43		2.964	
INSS	233	196	5.072	1.501
FGTS	135		909	
Outros	10	16	116	263
	892	599	13.668	3.103

19. Imposto de renda e contribuição social

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Prejuízo do período antes do IRPJ e CSLL Adições permanentes Adições temporárias	(289.101) 399.534	(142.659) 123.757
Exclusões permanentes Exclusões temporárias	(16.366) -	(10.518)
Base de cálculo para apuração do IRPJ e CSLL	94.067	(29.420)
Imposto de renda corrente	(23.493)	-
Contribuição social corrente Imposto de renda e contribuição social correntes	(8.466) (31.959)	-
Prejuízo fiscal de anos anteriores	28.220	-
Imposto de renda diferido	7.031	-
Contribuição social diferido	2.541	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.572	-
Imposto de renda e contribuição social	22.387	-

	Prejuízo Fiscal		Crédito fiscal	
Empresas	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
HRTP	7.209	33.287	2.451	11.318
HRTOG	322.749	44.097	96.825	14.993
IPEX	5.922	-	2.013	-
HRTAF	6.577	-	2.236	-
AA	8.878	-	2.988	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Em 2010 a controlada IPEX não possuía prejuízos fiscais acumulados a compensar, já que apurava resultados com base no regime de lucro presumido.

Prejuízos fiscais a compensar gerados no Brasil não expiram e são compensados com lucro tributável futuro, limitado, entretanto, a 30% a cada exercício. Em razão da ausência de histórico de rentabilidade e das incertezas envolvendo o ramo de atividade da Companhia, a Administração optou conservadoramente por não constituir provisão para os mesmos, os quais estão sendo reconhecidos à medida que são compensados.¹

Conforme mencionado na nota explicativa 12, em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui um saldo de R\$ 406.530 referente ao imposto de renda diferido decorrente do ágio na aquisição da HRT Canadá, devido a não dedutibilidade do mesmo para fins de legislação Canadense. O recolhimento deste imposto está condicionado a realização dos ativos intangíveis das subsidiarias da HRT Canada na Namíbia.

¹ No período findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia compensou R\$ 28.220 de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social

A Companhia foi constituída com capital de R\$ 1.000,00 (mil reais), representativo de 10.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e com o capital autorizado de R\$ 5.000.000.

Foram realizados aumentos de capital mediante a emissão de ações da mesma espécie, conforme demonstrado a seguir:

Datas	Valor	Nº de ações (a)
2009		
Subscrição inicial	1	10.000
Subscrições subsequentes	307	139.500
Colocação privada (PPM)	3.412	1.955.260
Integralização de quotas da IPEX	1.000	445.000
2010		
Incorporação da BN 31 Ltda.	13	7.300
Oferta Pública Inicial	2.474.746	2.062.289
(-) Custo de emissão de ações - OPA	(130.857)	-
2011		
Integralização de warrants	194.286	527.293
Integralização de opção de ações	57	57.030
Aquisição da UNX	1.272.521	652.575
(-) Custo de emissão de ações - UNX	(5.951)	-
capital social total em 31 de dezembro de 2011	3.809.535	5.856.247

⁽a) O número de ações já considera o desdobramento à razão de 1/10.

Aquisição da HRT Canadá

Em 29 de abril de 2011, foi aprovado novo aumento do capital social da Companhia dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$ 1.272.521.250,00 (um bilhão, duzentos e setenta e dois milhões quinhentos e vinte e um mil e duzentos e cinquenta reais), o qual passou de R\$ 2.503.519.771,03 (dois bilhões, quinhentos e três milhões, quinhentos e dezenove mil, setecentos e setenta e um reais e três centavos) para R\$ 3.776.041.021,03 (três bilhões, setecentos e setenta e seis milhões, quarenta e um mil e vinte e um reais e três centavos), mediante emissão de 652.575 ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido--Continuação

20.1. Capital social--Continuação

Gastos de colocação

O custo de emissão das ações foi contabilizado em conta redutora do capital social no período, como gastos com emissão de ações, líquido dos seus efeitos fiscais, conforme demonstrado abaixo:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Comissões e corretagem	9.220	119.689
Honorários advocatícios	3.720	2.344
Consultoria	255	7.015
Outros	174	1.809
(-) Reembolsos	(7.418)	-
	5.951	130.857

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido--Continuação

20.2. Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2011, a posição de ações em tesouraria era nula.

20.3. Remuneração com base em participação acionária

A Companhia aprovou em 14 de maio de 2010, o Primeiro Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações (*Stock Options*), no total de 10.342 ações, a serem distribuídas aos empregados. A partir de 17 de julho de 2010, começaram a ser efetivadas as outorgas de opções, ao preço de R\$ 1,00 (um real) cada.

Conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 10 (*IFRS* 2) - Pagamentos baseados em ações, o valor justo do instrumento patrimonial foi mensurado na data da outorga das opções, utilizando o modelo de precificação *Black-Scholes Merton* baseado nas seguintes premissas:

Total de opções concedidas (a)	10.342
Preço por ação (em reais)	R\$ 10,00
Valor justo da opção na data da outorga (em reais)	R\$ 2.890,23
Volatilidade média estimada do preço por ação	37,47%
Taxa média de retorno livre de risco	9,12%
Duração da opção	3 anos

(a) Quantidade de ações antes do desdobramento à razão de 1/10

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido--Continuação

20.3. Remuneração com base em participação acionária--Continuação

Em 31 de dezembro de 2011, a Administração registrou a despesa relativa ao plano de opções na rubrica 'despesas de pessoal' no resultado do exercício, em contrapartida a uma conta específica do patrimônio líquido ('Ajuste de avaliação patrimonial - Remuneração com base em participação acionária') no montante de R\$ 9.589 (R\$ 16.046 em 2010). Este valor foi apurado levando-se em consideração a diferença entre o valor justo das ações e o seu preço, calculada pelo método *pró-rata temporis* entre o período transcorrido desde a data da outorga até a data da apresentação das demonstrações financeiras exercidas.

Em 31 de dezembro de 2011, levando-se em consideração as premissas do programa, já foram emitidas e exercidas 57.030 ações, que representam 88% de um total de 65.171 opções exercíveis.

Em 27 de abril de 2011, em Assembléia Geral de Acionistas os planos de incentivo de longo prazo foram aprovados com o objetivo de (i) atrair e reter colaboradores chaves da Companhia e suas subsidiárias e (ii) premiar colaboradores em função de seus respectivos desempenhos. Os planos permitem o pagamento dos bônus em moeda corrente e/ou ações.

A distribuição de ações aos colaboradores nos dois planos não pode exceder, a qualquer momento, o limite de 5% do total de ações em circulação.

Os programas foram propostos pelo Conselho de Administração, assessorados pelo Comitê de Compensação e Remuneração e serão administrados e implementados pela Diretoria Executiva da Companhia.

Os bônus de atração/retenção estarão sujeitos a um período de aquisição (vesting period) de 3 anos, podendo ser estendido em até 5 anos. No caso da distribuição de bônus de desempenho, por envolver a outorga de ações restritas (restricted shares), há a necessidade de aprovação pela CVM, já formalmente solicitada.

Caso o conceito não seja aprovado por aquela Autarquia, as ações envolvidas serão outorgadas sob a forma de *stock options*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido--Continuação

20.4. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (*IAS* 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636, de 06 de agosto de 2010 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os períodos sociais findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

O cálculo básico do prejuízo por ação é feito através da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado através da divisão do prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

Apuração do resultado básico por ação	31/12/2011	31/12/2010
Numerador Prejuízo do período atribuído aos acionistas da Companhia	(304.035)	(142.370)
Denominador (em milhares de ações) Média ponderada de número de ações ordinárias	5.370.442	653.873
Resultado básico por ação	(0,056)	(0,218)
Apuração do resultado diluído por ação	31/12/2011	31/12/2010
Numerador Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	(304.035)	(142.370)
Denominador (em milhares de ações) Média ponderada de número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	5.832.108	844.008
Resultado diluído por ação	(0,052)	(0,169)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Transações com partes relacionadas

Contratos entre partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2011 os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

		Valor Contratado	
Partes relacionadas	Natureza do Contrato	(milhares de USD)	Vigência
HRT O&G e HRTN	Aluguel de Aeronaves	10.789	24 meses

Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

As controladas IPEX e Air Amazônia possuem adiantamentos para futuro aumento de capital nos montantes de R\$ 6.400 e R\$ 4.365, respectivamente.

Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores da Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2011, foi de R\$ 7.378 (R\$ 16.919 em 2010).

Além disso, a Companhia reconheceu, conforme normas contábeis em vigor, despesa no valor de R\$ 2.169 (R\$ 20.982 em 2010) a título de remuneração baseada em ações, concedida ao amparo do programa mencionado na nota explicativa 20.3.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Compromissos e garantias

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas possuem diversos contratos com fornecedores para a atividade de Exploração, que em sua maioria são do tipo "guarda-chuva" e envolvem prestação de serviços, materiais e equipamentos com vencimentos diversos, sendo o último em 2014, abrangendo, principalmente, a locação e operação de sondas, serviços de perfuração, fornecimento de combustível, sísmicas, entre outros.

A HRTOG comprometeu-se a custear os investimentos no âmbito do programa exploratório do consorcio Solimões sem a participação proporcional da Petra, no montante total de desembolsos equivalente a US\$ 125 milhões. Em 31 de dezembro de 2011, a totalidade dos recursos já haviam sidos utilizados.

Dos 21 blocos sob concessão na Bacia de Solimões, 19 encontram-se no segundo período exploratório com compromisso mínimo de perfuração de 1 poço por bloco, até o horizonte lito-estratigráfico formação Juruá e 2 blocos encontram-se no primeiro período exploratório e possuem o compromisso mínimo de aquisição de dados sísmicos e levantamento aerogeofísico, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Blocos	Período Exploratório	Término em	Programa Exploratório Mínimo	Atividade Realizada	Observação
SOL-T-169	2º. Período	12/01/2012	1 poço	Poço 1-HRT-169/01	Pedido para extensão do período da 2ª. Fase exploratória protocolada na ANP.
SOL-T-168 / SOL-T-170 / SOL-T-191	2º. Período	19/03/2012	1 poço por bloco	Poço 1-HRT-168/01 Poço 1-HRT-170/01	Pedido para extensão do período da 2ª. Fase exploratória protocolada na ANP.
SOL-T-148 / SOL-T-149 / SOL-T-172 / SOL-T-194 / SOL-T-195	2º. Período	04/05/2012	1 poço por bloco	Poço 1-HRT-194/01	Pedido para extensão do período da 2ª. Fase exploratória protocolada na ANP.
SOL-T-151 / SOL-T-174 / SOL-T-192 / SOL-T-197 / SOL-T-214 / SOL-T-215 / SOL-T-216 / SOL-T-217	2º. Período	03/03/2013	1 poço por bloco	Não houve.	-
SOL-T-196 / SOL-T-218	2º. Período	03/03/2013	1 poço por bloco	Não houve.	-
SOL-T-219 / SOL-T-220	1º. Período	03/03/2013	Aquisição de dados sísmicos Levantamento aerogeofísico	Aquisição de dados sísmicos	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Compromissos e garantias - Continuação

Em relação ao programa exploratório mínimo das licenças da Namíbia, temos os seguintes compromissos assumidos:

PEL	Período Exploratório	Término em	Programa Exploratório Mínimo	Atividade Realizada
022	40 Davíada	Catarahan /2012	USD 3,1MM	Aquisição de 1.137
(blocos 2815, 2816 e 2915)	1º. Período	Setembro/2013	1.500 Km sísmica 2D e 400 Km ² sísmica 3D	km² de sísmica 3D
023			USD 2,0MM	Aquisição de 5.359
(blocos 2112B e	1º. Período	Junho/2013	200 Km2 sísmica 3D	km² de sísmica 3D
2212ª)				
024			USD 1,1MM	Aquisição de
(blocos 2713A e	1º. Período	Agosto/2012	1.000 Km sísmica 2D ou	819,5 km² de
2713B)			400 Km ² sísmica 3D	sísmica 3D
028			USD 8,5MM	Aquisição de
(blocos 2813A,	1º. Período	Maio/2014	2.000 Km sísmica 2D ou	756,5 km² de
2814B e 2914A)			500 Km ² sísmica 3D	sísmica 3D

Nos termos do *Participation Agreement* assinado com a HRT Canadá e a Acarus, em 01 de dezembro de 2010, temos o compromisso de arcar com 50% dos custos das operações de exploração e avaliação nos blocos 2813A, 2814B e 2914A, localizados no *offshore* da Namíbia.

23. Despesa de pessoal

Em 31 de dezembro de 2011, do total de despesa de pessoal 72% corresponde a alocação de pessoal no projeto Solimões (34% em 31 de dezembro de 2010), 13% alocado ao projeto dos ativos na Namíbia (2% em 31 de dezembro de 2010) e os 15% remanescentes referem-se a alocação de pessoal em projetos corporativos (64% em 31 de dezembro de 2010).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Informações por segmento

As informações por área de negócios (segmento operacional) estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 (*IFRS* 8) - Informações por Segmento. As operações da Companhia estão segmentadas da seguinte forma:

- a) Exploração e Produção: compreende as atividades de exploração e produção de petróleo e derivados com objetivo de comercialização no Brasil e no exterior;
- b) Geologia e Geofísica: compreende os serviços de geologia e geofísica; e
- c) Administração e outros: compreende basicamente o escritório central da Companhia.

A Administração monitora, separadamente, os resultados operacionais das unidades de negócio para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. Os segmentos são avaliados com base nos lucros ou prejuízos operacionais que, em alguns casos, conforme demonstrado na tabela abaixo, são medidos de forma diferente do lucro ou prejuízo operacional nas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Informações por segmento--Continuação

			31/12/2011					31/12/2010		
	Exploração e produção	Geologia e geofísica	Administração e outros	Ajustes e eliminações	Consolidado	Exploração e produção	Geologia e geofísica	Administração e outros	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receitas externas líquidas		9.937	_		9.937	-	15.593	_	-	15.593
Receitas intersegmento líquidas		803	8.469	(9.272)	-	-	11.684	_	(11.684)	_
Receita líquida	_	10.740	8.469-	(9.272)	9.937	-	27.277	-	(11.684)	15.593
Custos das vendas		(9.429)	(8.045)	8.045	(9.429)	-	(14.418)	-		(14.418)
Lucro bruto		1.311	424-	(1.227)	508	-	12.859	-	(11.684)	1.175
Despesas de geologia e geofísica	(229.432)	-	-	803	(228.629)	(24.428)	-	-	4.924	(19.504)
Despesas com pessoal	(113.575)	(3.490)	(28.363)	-	(145.428)	(32.095)	(3.413)	(92.703)	1	(128.210)
Despesas gerais e administrativas	(54.082)	(705)	(8.181)	8.405	(54.563)	(10.146)	(1.410)	(4.048)	(175)	(15.779)
Despesas com serviços de terceiros	(34.046)	(1.216)	(11.574)	(3.049)	(49.885)	(14.741)	(6.071)	(9.225)	6.761	(23.276)
Impostos e taxas	(9.766)	(810)	(806)	-	(11.382)	(569)	(3.610)	(192)	-	(4.371)
Despesa de depreciação	(10.662)	(1.122)	(675)	(4.995)	(17.454)	(853)	(1.036)	(4)	(1)	(1.894)
Resultado financeiro líquido	79.502	110	146.739	(273)	226.078	16.064	(713)	37.147	-	52.498
Outras despesas operacionais	(268)	(70)	-	274	(64)	1.091	(4.359)	259	-	(3.009)
Resultado antes dos tributos	(372.329)	(5.992)	97.564	(62)	280.819	(65.677)	(7.753)	(68.766)	(174)	(142.370)
			31/12/2011					31/12/2010		
Ativos operacionais Passivos operacionais Investimento em coligadas	2.658.458 (1.106.693) 121.385	8.504 (2.495) -	1.011.012 (409.184) 3.262.439	1.712.117 - (3.383.824)	5.390.091 (1.518.372) -	493.401 (10.148) 8.777	8.995 (4.057)	2.193.256 (20.990) 555.771	- (564.548)	2.695.652 (35.195)

^{1.} Receitas intersegmentos são eliminadas por ocasião da consolidação.

^{2.} As informações por segmento consideram o resultado antes da provisão para IRPJ e CSLL.

Os ativo s e passivos operacionais dos segmentos não incluem saldos intersegmentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Informações por segmento--Continuação

Informações geográficas

	Exploração e produção	Geologia e geofísica	Administração e outros	Consolidado
Ativo circulante Brasil Exterior	1.799.480 62.509	3.504 -	1.010.046 -	2.813.030 62.509
Ativo não circulante Brasil Exterior	597.157 1.911.429	5.000 -	966 -	603.123 1.911.429

31/12/2010

	Exploração e produção	Geologia e geofísica	Adminitração e outros	Consolidado
Ativo circulante				
Brasil	296.187	3.858	2.392.081	2.692.126
Exterior	-	-	20.506	20.506
Ativo não circulante				
Brasil	183.437	5.138	83	188.658
Exterior	13.776	-	47.074	60.850

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da HRT referem-se a contas a pagar a fornecedores de bens e serviços a serem utilizados na campanha exploratória da Companhia, bem como a contratos de garantia financeira. Por outro lado, mantém no ativo, disponibilidades financeiras, conforme descrito nas notas explicativas 5 e 6.

A Companhia está exposta a riscos de mercado (taxas de juros e cambio), crédito, liquidez e ambiental. A alta administração da Companhia efetua a gestão desses riscos através da prática de políticas e procedimentos apropriados. Todas as atividades com derivativos são efetuadas com a finalidade de gestão de risco e realizadas por equipes especializadas com habilidades, experiência e supervisão apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Compete ao Conselho de Administração revisar e estabelecer políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais estão resumidos abaixo.

Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do efeito da oscilação dos valores de mercado de instrumentos financeiros. Por ser formado por empresas não financeiras, o Grupo adota uma política conservadora baseada na administração de suas posições ativas e passivas, focando a liquidez e a mitigação de risco.

Risco de taxa de juros

A aplicação de recursos disponíveis é efetuada em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, em moeda nacional, a taxas pós-fixadas, em sua maioria com liquidez diária, respeitando limites de concentração prudenciais.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, no lucro e no patrimônio do Grupo, antes da tributação, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Sensibilidade a taxas de juros--Continuação

Ossasildada	Aumento/redução	Efeito no lucro antes
Consolidado	em pontos percentuais	da tributação
31 de dezembro de 2011		
Reais	12%	17.215
Dólares americanos	12%	9.178
Reais	(12%)	(17.215)
Dólares americanos	(12%)	(9.178)
31 de dezembro de 2010		
Reais	12%	25.961
Dólares americanos	12%	15.581
Reais	(12%)	(25.961)
Dólares americanos	(12%)	(15.581)
	Aumento/redução	Efeito no lucro antes
Controladora	Aumento/redução em pontos percentuais	Efeito no lucro antes da tributação
Controladora 31 de dezembro de 2011	_	
	_	
31 de dezembro de 2011	em pontos percentuais	da tributação
31 de dezembro de 2011 Reais	em pontos percentuais 12% 12%	da tributação 11.696
31 de dezembro de 2011 Reais Dólares americanos	em pontos percentuais 12%	da tributação 11.696 6.381
31 de dezembro de 2011 Reais Dólares americanos Reais	em pontos percentuais 12% 12% (12%)	da tributação 11.696 6.381 (11.969)
31 de dezembro de 2011 Reais Dólares americanos Reais Dólares americanos 31 de dezembro de 2010	12% 12% (12%) (12%) (12%)	da tributação 11.696 6.381 (11.969) (6.381)
31 de dezembro de 2011 Reais Dólares americanos Reais Dólares americanos 31 de dezembro de 2010 Reais	12% 12% (12%) (12%) (12%)	da tributação 11.696 6.381 (11.969) (6.381)
31 de dezembro de 2011 Reais Dólares americanos Reais Dólares americanos 31 de dezembro de 2010 Reais Dólares americanos	em pontos percentuais 12% 12% (12%) (12%) (12%)	da tributação 11.696 6.381 (11.969) (6.381) 22.102 13.265
31 de dezembro de 2011 Reais Dólares americanos Reais Dólares americanos 31 de dezembro de 2010 Reais	12% 12% (12%) (12%) (12%)	da tributação 11.696 6.381 (11.969) (6.381)

A movimentação presumida, em pontos base para a análise de sensibilidade a alterações nas taxas de juros, é baseada nas taxas atualmente praticadas no mercado e disponibilizadas pela BM&FBOVESPA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de câmbio

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais da Companhia e aos investimentos líquidos em controladas no exterior.

Para proteção de obrigações em moeda estrangeira previstos em nosso plano de investimentos, a Companhia detém, em 31 de dezembro de 2011, operações de derivativos, através da aquisição de dólar americano a termo (*Non Delivery Forward -NDF*), no valor de USD 118.000 mil e vencimentos mensais compatíveis com as necessidades de caixa contratados nos próximos doze meses.

Até 31 de dezembro de 2011 esses contratos representam um saldo ativo de R\$ 10.149 (em 31 de dezembro de 2010 o saldo era de R\$12.969 passivo).

Sensibilidade a taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de cambio e seu impacto no lucro e no patrimônio da Companhia, antes da tributação.

		Efeito no lucro	
Consolidado	Variação na taxa do US\$	antes da tributação	Efeito no patrimônio
31 de dezembro de 2011			
Desfavorável	15%	11.987	42.325
Favorável	(15%)	(11.987)	(42.325)
Desfavorável	25%	19.978	70.542
Favorável	(25%)	(19.978)	(70.542)
31 de dezembro de 2010			
Desfavorável	15%	23.915	26.481
Favorável	(15%)	(23.915)	(26.481)
Desfavorável	25%	39.859	`44.134 [´]
Favorável	(25%)	(39.859)	(44.134)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Sensibilidade a taxa de câmbio--Continuação

Controladora 31 de dezembro de 2011	Variação na taxa do US\$	Efeito no lucro antes da tributação	Efeito no patrimônio
Desfavorável	15%	11.987	42.325
Favorável	(15%)	(11.987)	(42.325)
Desfavorável	25%	19.978	70.542
Favorável	(25%)	(19.978)	(70.542)
31 de dezembro de 2010			
Desfavorável	15%	20.861	20.861
Favorável	(15%)	(20.861)	(20.861)
Desfavorável	25%	31.988	31.988
Favorável	(25%)	(31.988)	(31.988)

Operações com derivativos - hedge

As operações de derivativos contratadas pela Companhia têm como objetivo proteger do risco de variação cambial sobre os direitos e obrigações denominados em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2011, as operações de *hedge* contratadas pela Companhia foram realizadas em consonância com os compromissos em moeda estrangeira assumidos pelo Grupo para os próximos 12 meses. Estas operações foram estruturadas através da realização de contratos chamados *Non Delivery Forward (NDF's)* (conforme demonstrado na tabela a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Operações com derivativos - hedge

Data vencimento	Valor (USD)
25/01/2012	25.000.000
27/01/2012	8.000.000
15/02/2012	5.000.000
24/02/2012	20.000.000
15/03/2012	5.000.000
23/03/2012	5.000.000
16/04/2012	5.000.000
15/05/2012	5.000.000
29/06/2012	20.000.000
31/08/2012	10.000.000
31/10/2012	10.000.000
Total Hedge contratado em 31/12/2011	118.000.000
Valores vincendos contratados em moeda estrangeira até dez/2012	117.505.029

Risco de crédito

É o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que pode levar a um prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e depósitos em bancos e/ou instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. Para mitigar tais riscos, o Grupo adota uma administração conservadora ao realizar aplicações, em sua maioria, com liquidez diária e taxas pósfixadas, em bancos de primeira linha, levando-se em consideração as notações das principais agências de risco e respeitando limites prudenciais de concentração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco implica manter caixa compatível com as necessidades de desembolso para cobrir as obrigações, em consonância com o plano de negócios da Companhia.

Consolidado

		Total
Em 31 de dezembro de 2011		
Ativo		
Caixa e equivalente caixa 57.002	_	57.002
Títulos e valores mobiliários 403.237 - 1.030.940 -	-	1.434.177
Clientes - 1.382	-	1.382
Tributos a recuperar 34.706 -	-	34.706
Adiantamento de fornecedores 29.816 -	-	29.816
Despesas antecipadas 8.392 -	-	8.392
Operações com derivativos 10.149 -	-	10.149
Outros créditos 584 -	-	584
Ativo mantido para a venda 1.296.128 -	-	1.296.128
Passivo		
Fornecedores e outros - (54.342)	-	(54.342)
Obrigações trabalhistas - (9.569)	-	(9.569)
Tributos e contribuições sociais - (13.688)	-	(13.688)
IR & CS (555)	-	(555)
Contas a pagar Petra (515.470) (515.470)	-	(1.030.940)
Outras obrigações - (1.734)	-	(1.734)
459.684 (77.951) 1.895.245 (515.470)	-	1.761.508
Em 31 de dezembro de 2010		
Ativo		
Caixa e equivalente caixa 20.850	-	20.850
Títulos e valores mobiliários 2.405.724	-	2.405.724
Clientes - 1.944	-	1.944
Tributos a recuperar 7.507 -	-	7.507
Adiantamento de fornecedores 7.221 -	-	7.221
Despesas antecipadas 2.137 -	-	2.137
Outros créditos - 761 -	-	761
Passivo	-	-
Empréstimos e financiamentos - (350)	_	(350)
Operações com derivativos - (12.969)	_	(12.969)
Fornecedores e outros - (7.876)	_	(7.876)
Obrigações trabalhistas (3.202)	_	(3.202)
Tributos e contribuições sociais (3.698) -	_	(3.698)
Contas a pagar IPO (7.077) -	-	(7.077)
Outras obrigações (23) -	-	(23)
2.423.372 (19.251) 6.828 -	-	2.410.949

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de liquidez--Continuação

Controladora

	Imediato	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011						
Ativo						
Caixa e equivalente caixa	18	-	-	-	-	18
Títulos e valores mobiliários	341.708	-	655.719	-	-	997.427
Tributos a recuperar	-	-	12.377	-	-	12.377
Adiantamento a fornecedores	-	-	97	-	-	97
Despesas antecipadas	-	-	93	-	-	93
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	34	-	-	34
Passivo						
Fornecedores e outros	(9)	-	-	-	-	(9)
Obrigações trabalhistas	(902)	-	-	-	-	(902)
Tributos e contribuições sociais	(892)	-	-	-	-	(892)
Contas a pagar IPO		-	-	-	-	, ,
IR & CS	(555)	-	-	-	-	(555)
Outras obrigações	(303)	-	-	-	-	(303)
3 ,	339.065	-	668.320	-	-	1.007.385
Exercício findo em 31 de dezembro de 2010						
Ativo						
Caixa e equivalente caixa	104	-	-	-	-	104
Títulos e valores mobiliários	2.121.274	-	-	-	-	2.121.274
Clientes	-	-	-	-	-	-
Tributos a recuperar	-	-	4.192	-	-	4.192
Adiantamento a fornecedores	-	-	10	-	-	10
Despesas antecipadas	-	-	14	-	-	14
Outros	-	-	-	-	-	-
Passivo	-	_	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	
Operações com derivativos	-	(12.969)	-	-	-	(12.969)
Fornecedores e outros	-	(121)	-	-	-	(121)
Obrigações trabalhistas	(191)	,	-	-	-	(191)
Tributos e contribuições sociais	-	-	(599)	-	-	(599)
Gastos com emissão de ações	_	-	(7.077)	-	_	(7.077)
Outras obrigações	_	-	(33)	-	_	(33)
- Q-3	2.121.187	(13.090)	(3.493)	-	-	2.104.604

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de liquidez--Continuação

Contas a receber

A Companhia encontra-se ainda em fase pré-operacional, portanto, o saldo de contas a receber, em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 1.382 (R\$ 1.944 em 2010), refere-se basicamente à prestação de serviços da sua controlada IPEX.

26. Risco ambiental

A Companhia possui um programa sócio-ambiental abrangente, amparado por sistema de gestão de saúde, segurança e meio ambiente (SMS), compatível com a sensibilidade dos ecossistemas da bacia do Solimões, que inclui áreas de biodiversidade e de culturas tradicionais.

Para administrar o programa, foi criada uma gerência de assuntos ambientais, para orientar e acompanhar os trabalhos, em consonância com as normas regional e federal de meio ambiente.

27. Seguros

A Companhia adota a política de contratar coberturas de seguros para os bens sujeitos a riscos.

Com efeito, possui, em conjunto com as demais empresas do Grupo, coberturas contra os principais riscos, tais como danos materiais, bens do ativo fixo e *D&O* - com cobertura "A" (indenização em nome dos Administradores), "B" (reembolso à sociedade) e "C" (extensão de cobertura da Companhia para reclamações diretamente relacionadas com o mercado de capitais).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Seguros--Continuação

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2011 cobrem a importância de R\$ 514.843 e o valor total do prêmio é de R\$ 10.617. A seguir demonstramos os principais ativos ou interesses cobertos e seus respectivos montantes:

Seguros/modalidade	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil dos administradores - D&O	133.680
Incêndio, raio, explosão e implosão	23.276
Aeronaves - cascos	117.166
Transporte	8.500
Riscos de petróleo	215.625
Responsabilidade civil geral	13.460
Veículos	757
Residencial	2.379
Total segurado	514.843

Dentre as principais coberturas previstas no seguro de responsabilidade civil dos administradores - *D&O*, estão a indisponibilidade de bens e penhora *online*, multas e penalidades civis, responsabilidades estatutárias, despesas de publicidade, responsabilidade por erros e omissões na prestação de serviços profissionais, danos corporais, reclamações do tomador contra o segurado e de segurado contra segurado. Também, reclamações por danos ambientais, responsabilidade do cônjuge ou companheiro em união estável, custos de extradição, espólio, herdeiros, sucessores e representantes legais, administradores de entidades externas, despesas emergenciais, custos de defesa para administradores atuando como fiéis depositários e avalistas e inabilitação do exercício da função de administrador.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui o valor de R\$ 242.325 em seguros garantia prestadas à ANP, contratadas com a J.Maluccelli para garantir a passagem para o segundo período de exploração dos blocos localizados na bacia do Solimões.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Contingências

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui os seguintes processos judiciais:

- (i) Ação ajuizada por pessoas físicas pleiteando o valor de R\$ 475 correspondentes a aluguéis e multas do contrato assinado entre a controlada HRTOG com os proprietários do imóvel situado no Rio Sul (Av. Lauro Muller 116) celebrado em janeiro de 2011.
- (ii) Ação ajuizada por Chibatão Navegação e Comércio Ltda. relativo ao contrato de locação com a HRTOG no qual alega o não cumprimento do direito de preferência previsto. Solicita indenização no valor de R\$ 480.
- (iii) Ação ajuizada por SEP Serviços de Energia e Petróleo Ltda. pleiteando o pagamento de danos materiais no valor de R\$ 91,5 e danos morais em quantia a ser arbitrada pelo Juízo, por cancelamento de tratativas para celebração de um Contrato.

Com base na opinião dos consultores jurídicos - que atribuem às causas risco de perda possível - não foi constituída provisão para contingências, conforme preconiza as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

Nas informações trimestrais do período findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia informou sobre um pedido de instalação de um processo de arbitragem da Petra contra a HRT na Câmara de Comércio Internacional, com sede em Paris que seria constituído até 31 de outubro de 2011. O Settlement Agreement and Release de 07 de dezembro de 2011, assinado entre as partes, conforme informado na nota explicativa 15, prevê a extinção desse processo de arbitragem.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Eventos subsequentes - Continuação

Em 27 de janeiro de 2012 HRTOG apresentou na ANP o pedido de transferência dos 45% dos 21 blocos na Bacia do Solimões para a subsidiaria brasileira da TNK-BP, TNK-Brasil Exploração e Produção de Óleo e Gás Natural Ltda. ("TNK-Brasil").

A fim de concluir a aquisição de 45% dos direitos de exploração dos 21 blocos na Bacia do Solimões, a TNK-Brasil apresentou à HRTOG carta de crédito no valor de um bilhão de dólares americanos, a ser pago em cinco parcelas em um período de dois anos, de acordo com o *Farm-In Agreement* ("*FIA*") assinado pelas partes em 31 de outubro de 2011.

A HRTOG e TNK-Brasil também assinaram o *First Amendment* do *FIA*, no qual a HRTOG assumirá os custos incorridos na Bacia do Solimões em 2011, bem como carregará a TNK-Brasil nos primeiros 175 milhões de dólares americanos dos investimentos da campanha exploratória a partir de janeiro de 2012.

Em contrapartida, a TNK-Brasil pagará até 250 milhões de dólares americanos a HRTOG quando cinco metas de desempenho forem atingidas (os pagamentos serão devidos à HRTOG uma vez individualmente atingidas cada uma das metas de desempenho), que são: (i) realização de um teste de longa duração, (ii) produção acumulada de 2,5 milhões de barris de líquidos, (iii) monetização de 500 mil metros cúbicos de gás por dia por meio de um ou mais contratos de fornecimento de gás, (iv) compartilhamento de infraestrutura, e (v) certificação de 500 milhões de barris de líquidos em reservas 2P.